



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

### ATA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DE 2015 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA REALIZADA A DOZE DE MARÇO DE DOIS MIL E QUINZE

Acta nº 1/2015

Aprovada em 30/06/2015

No dia doze de Março de dois mil e quinze teve lugar no Salão Nobre dos Paços do Município de Coimbra a primeira sessão ordinária de 2015 da Assembleia Municipal de Coimbra, convocada com a seguinte Ordem de Trabalhos:

**Ponto 1 - Intervenção do Presidente da Câmara;**

**Ponto 2 - Revisão do Regimento da Assembleia Municipal;**

**Ponto 3 - Acabamentos e exploração do Parque de Estacionamento do Centro de Convenções e Espaço Cultural do Convento de S. Francisco/Coimbra – pedido de autorização da concessão de exploração, nos termos da alínea p), artº 25º do Anexo I da lei nº 75/2013;**

**Ponto 4 - CoimbraMaisFuturo – CMF-Associação de Desenvolvimento Local de Coimbra – proposta de adesão da CMC, nos termos da alínea n), artº 25º do Anexo I da lei nº 75/2013;**

**Ponto 5 - Concurso Limitado por Prévia Qualificação 1/2014 da Prestação de Serviços de Auditoria Externa e Revisão Legal de Contas – nos termos do nº1, artº 77º da Lei nº73/2013;**

**Ponto 6 - Contratação do empréstimo de médio e longo prazo no âmbito do “Reabilitar para Arrendar” (IHRU – aprovação de nova minuta de contrato);**

**Ponto 7 - Cedência de Utilização Privativa, construção e exploração em direito de superfície de um posto de abastecimento de combustível e estação de serviço sobre um imóvel, sito à Guarda Inglesa, pertencente ao domínio privado do Município de Coimbra - pedido de autorização nos termos da alínea i), artº 25º do Anexo I da Lei nº75/2013;**

**Ponto 8 - Cedência de Utilização Privativa, construção e exploração em direito de superfície de um posto de abastecimento de combustíveis, estação de serviço e de um estabelecimento de restauração e bebidas, sobre um imóvel e a uma parcela de terrenos confinantes entre si, propriedade do Município, sito na Ponte de Eiras – pedido de autorização nos termos da alínea i), artº 25º do Anexo I da Lei nº75/2013;**

**Ponto 9 - Projeto de Regulamento Municipal do Prémio Edmundo de Bettencourt – nos termos da alínea g), artº 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013;**

**Ponto 10 - Projeto de Regulamento Municipal das Distinções Honoríficas – nos termos da alínea g), artº 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013;**

**Ponto 11 - Propostas de Regulamentos Municipais de equipamentos desportivos: Estádio Municipal de Taveiro Sérgio Conceição; Campo Municipal da Arregaça; Pavilhão**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

**Municipal Multidesportos Dr. Mário Mexia e Piscinas Municipais, nos termos da alínea g), artº 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013;**

**Ponto 12 - Presidente de Junta de Freguesia (efetivo e suplente) em representação das juntas.**

**Participaram nesta sessão os seguintes deputados municipais:**

**Da Bancada do Partido Socialista (PS):**

Fernando Luís Torres Marinho, José Manuel Ferreira da Silva, Isabel Maria Nobre Vargues, Maria do Céu Grácio Zambujo Fialho, Mário António dos Santos Carvalho, Rosa Isabel Cruz, António José Costa Sequeira, Maria Ângela Duarte C. Pinto Correia, Nuno Filipe Reis da Silva, André Gonçalo Dias Pereira, Maria Isabel Fernandes de Carvalho Garcia, Horácio José Campos Paz Santiago, José António de Oliveira Marques Cortesão.

**Presidentes de Juntas de Freguesia:** António Ferreira Coelho, João Paulo Nunes Marques, José Fernando dos Santos, José Manuel Seíça Salgado, Paulo Jorge de Almeida Cardoso, Diamantino Jorge, Fernando Abel Simões, Manuel Veloso da Costa e Jorge Manuel Lebre da Costa Veloso.

**Da Bancada “Por Coimbra” (PPD/PSD/PPM/MPT):**

António Maló de Abreu, Manuel Augusto Lopes Rebanda, Maria Helena Brandão Moura Ramos, Miguel Jorge Pignatelli de Ataíde Queiroz, Alexandre da Conceição Rodrigues de Barros, Dino Miguel Alves, Rui António Pires Marques, Cristina Isabel Ferreira Figueiras Faustino Agreira, Júlio da Fonseca Gaudêncio e Armando Braga da Cruz.

**Presidentes de Junta:** José Augusto Silva Simão, Maria da Graça Marques Oliveira, Hélder Rodrigues de Abreu, José Manuel Nunes Filipe e Ricardo Luís Rodrigues.

**Da Bancada da Coligação Democrática Unitária (CDU):**

Manuel Vaz Pires da Rocha, João Carlos Tavares Pinto Ângelo, Jorge Freitas Seabra, Paulo Jorge Gaspar Coelho, Maria Isabel da Silva Pimenta e Melo.

**Presidentes de Juntas de Freguesia:** Vitor Manuel Alves Carvalho, José Luís Faria Pimenta e Jorge Espírito Santo Mendes.

**Da Bancada Cidadãos Por Coimbra (CPC):**

José Joaquim Dinis Reis, Ana Leonor Cruzeiro de Oliveira Barata, José António Oliveira Bandeirinha e Catarina Isabel Caldeira Martins.

**Da Bancada Partido Popular (CDS/PP):**

Maria Helena da Silva dos Santos Mendes.

**Da Bancada União de Freguesias de Souselas e Botão (USB):**

Rui Manuel Sousa Soares.

**Presenças da Câmara Municipal**

Além do Presidente da Câmara, Manuel Augusto Soares Machado estiveram presentes os vereadores Rosa Maria dos Reis Marques Furtado de Oliveira, Carlos Manuel Dias Cidade, Jorge Manuel



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Maranhas Alves, Carina Gisela Sousa Gomes, Francisco José Pina Queiroz, José António Raimundo Mendes da Silva e José António Pinto Belo.

### **Mesa:**

Presidiu a sessão Fernando Luís Torres Marinho que foi secretariado por Maria Helena Moura Ramos, como Primeiro Secretário e Vitor Manuel Alves como Segundo Secretário.

O Presidente da Mesa da Assembleia iniciou a sessão quando eram quinze horas.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos seguintes pedidos de suspensão de mandato nos termos do art.º 78º da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro:

-Deputado municipal **André Luís Paiva Serra de Oliveira** para esta sessão;

Nos termos do n.º1 art.º 79º do mesmo diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir, pelo partido pelo qual foi eleito (PS), na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponível para a respectiva substituição **José António de Oliveira Marques Cortesão**.

-Deputados municipais **Nuno Miguel Marta de Oliveira da Silva Freitas, Ana Filipa Janine Simões Martins, Rui Armando Dias Gaspar Henriques de Campos e Joana Margarida Alves Martins**, para esta sessão;

Nos termos do n.º1 art.º 79º do mesmo diploma, foram contactados os cidadãos imediatamente a seguir, pelo partido pelo qual foram eleitos (PPD/PSD/PPM/MPT), na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponíveis para a respectiva substituição **Júlio da Fonseca Gaudêncio, Armando Braga da Cruz, Cristina Isabel Ferreira Figueiras Faustino Agreira e Rui António Pires Marques**.

-Deputada municipal **Isabel Margarida da Silva Luís Fonseca** para esta sessão;

Nos termos do n.º1 art.º 79º do mesmo diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir, pelo partido pelo qual foram eleitos (CDU-PCP-PEV), na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponível para a respectiva substituição **Maria Isabel da Silva Pimenta e Melo**.

-Deputado municipal **José Joaquim M. Sampaio Nora** para esta sessão;

Nos termos do n.º1 art.º 79º do mesmo diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir, pelo partido pelo qual foi eleito (CDC-PP), na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponível para a respectiva substituição **Maria Helena da Silva Santos Mendes**.

O Presidente da Junta de Freguesia de Santo António dos Olivais **Manuel Correia de Oliveira** apresentou, nos termos da lei, um requerimento para ser representado pela tesoureira da Junta **Maria da Graça Marques Oliveira**.

O Presidente da Mesa da Assembleia abriu a sessão e deu conhecimento do seguinte:

### ***Regimento da Assembleia Municipal***

O Presidente da Assembleia Municipal fez um pedido de alteração da Ordem de Trabalhos, relativamente ao ponto 2 dizendo que a Conferência de Líderes tem estado a trabalhar na revisão do Regimento com bastante eficácia, no entanto, ainda hoje o Regimento não está plenamente pronto, e



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

não houve tempo de o distribuir pelos senhores deputados, para que possam fazer uma leitura adequada antes de o votarem

O Regimento tem muitas inovações e, penso que ele representa um grande avanço no funcionamento dos nossos trabalhos, mesmo na concepção daquilo que é uma Assembleia Municipal.

A ver se nós passamos a ter uma Assembleia Municipal, em termos mais actuais, mais modernos, adequada aos que tempos que estamos a viver e, vamos instaurar um regime, e um sistema com características mais parlamentares do que aquelas que nós temos tido até hoje e desse ponto de vista, um engrandecimento e um aprofundamento do papel democrático.

Portanto, suprime-se o ponto 2 da Ordem de Trabalhos.

### *Justificação da falta do deputado Nuno Freitas*

Outra informação foi o facto do senhor deputado Nuno Freitas ter telefonado, acerca de uma hora atrás, comunicando com toda a gentileza e com algum pesar da sua parte, da impossibilidade de estar hoje presente aqui, por razões de estrito carácter profissional. Ele, profissionalmente é médico, não poderia abandonar o seu posto de trabalho, portanto, não pode vir, enfim, uma substituição que não se realizou, digamos, daquilo que é, o seu programa de trabalho para este dia.

Ele pediu para transmitir à Assembleia e a liderança do seu próprio Grupo que é feita pelo senhor deputado Maló de Abreu.

Também queria dizer que, o Senhor Presidente da Câmara me fez um telefonema, acerca de uma hora atrás, dizendo que estava a sair de Almada, de uma reunião que houve entre Municípios, para discutir a problemática das águas. Estava a caminho desta Assembleia e, naturalmente, ía chegar um pouco atrasado e, seria substituído pela sua Vice- Presidente, a Sra. Dr. Rosa Reis Marques, e que de qualquer maneira, chegaria a tempo de poder estar aqui presente para o primeiro ponto da *Ordem de Trabalhos* que é a sua própria intervenção, suportada por um texto escrito e que já colocada na plataforma e que é do vosso conhecimento.

Seguidamente uma recomendação e que é assunto a ser revisto no Regimento.

Tem havido tendência nas últimas reuniões para substituições de última da hora, não é o caso do Sr. Dr. Nuno Freitas que se compreende perfeitamente, e que toda a gente tem motivos, portanto, nem sequer temos que ser extremamente rigorosos nesta matéria, mas há substituições de última da hora. dez minutos antes do início dos trabalhos. Não é possível! O Regimento não aceita.

Só, porque eu sou eu pessoa inteligente por natureza e porque não sou formalista, tenho aceitado substituições que são completamente feitas fora do Regimento.

Umás vezes sou criticado por isso, outras vezes, sou elogiado por isso, por ser formalista, mas com ónus dessa atitude posso eu bem, mas a Assembleia é que não pode e os próprios Grupos, não se podem prejudicar. Disse.

### **Intervenção do deputado municipal António Maló de Abreu (PPD/PSD/PPM/MPT):**

#### *Ponto de Ordem à Mesa*

“Como o Senhor Presidente compreenderá, nós trazíamos um conjunto de questões de elogio ao trabalho da Câmara, de grande apoio ao Senhor Presidente da Câmara, sobretudo, ao seu trabalho de descentralização, de empenhamento na Cidade.

Nós não gostaríamos de fazer estas várias intervenções, sem a presença do próprio, porque elogiá-lo nas costas, elogiá-lo sem a sua presença, compreenderá, que não é de todo, agradável da nossa parte. Sugeríamos, Senhor Presidente, eu tenho duas hipóteses:



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

-Ou, passamos para o período após a Ordem do Dia, ou então, utilizaremos pontos da Ordem de Trabalhos, em que falaremos de outros assuntos que não aqueles que estão incluídos na Ordem de Trabalhos e em que o Senhor Presidente da Câmara esteja presente.

Compreenderá, que há uma coisa muito particular e que às vezes é uma desgraça, que se chama *democracia* e, temos que saber lidar com ela, incluindo o Senhor Presidente da Câmara e, convém que ele esteja presente para ouvir aquilo que gostaríamos de lhe dizer de olhos nos olhos.

Temos muito respeito pela Senhora Vice-Presidente da Câmara, mas conhecemos suficientemente bem o Senhor Presidente da Câmara para perceber que, há assuntos, eu não direi todos, mas quase todos, que têm que ser tratados com ele.

Gostaríamos Senhor Presidente que, nos resolvesse este pequeno problema que a democracia nos trás.”

**O Presidente da Assembleia** esclareceu que tem notícia que dentro de alguns minutos o Senhor Presidente da Câmara estará presente e, quando chegar ao ponto da intervenção do Presidente da Câmara e da discussão daquilo que são os pontos de agenda que forem tratados, nas últimas semanas, entre as duas Assembleias, nós teremos o Presidente aqui e os Senhores Deputados, aqui também para organizarem esse debate, esse contraditório, com elogios e com críticas que é apanágio da nossa Assembleia. Disse.

### **Esclarecimentos do deputado municipal António Maló de Abreu (PPD/PSD/PPM/MPT):**

“Então Senhor Presidente se me permite, só para terminar, as nossas intervenções no período de antes da Ordem do Dia, aguardarão a boa oportunidade.

Não as faremos sem a presença do Presidente da Câmara.”

### **Intervenção do deputado municipal José António Oliveira Bandeirinha (CPC):**

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Coimbra, Senhora Vice- Presidente da Câmara Municipal de Coimbra e representante do Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Senhoras e Senhores Vereadores do Município de Coimbra, Senhoras e Senhores Jornalistas, minhas Senhoras e meus Senhores.

Partilho de uma certa inquietação e da perplexidade do senhor deputado Maló de Abreu, mas no entanto vou confiar na Senhora Vice-Presidente de transmitir com fieldade daquilo que terei para dizer ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra.

O Senhor Ministro Adjunto e do auto-designado Desenvolvimento Regional, afirmou há cerca de duas semanas, em Miranda do Corvo que a solução do Eléctrico Rápido, ou Metro Ligeiro de Superfície é boa demais para Coimbra. A União Europeia nunca iria aceitar co-financiar uma obra estruturante para uma cidade e para uma região tão despeitada e ostracizada pelos seus governantes. Preconiza o Senhor Ministro Adjunto, "*uma solução alternativa*", nela esperamos todos estar incluída uma pista de "*Jogging*", onde há alguns anos estavam carris e chulipas, onde estava uma infra-estrutura ferroviária digna, que podia e devia ser potenciada e adaptada tecnicamente às necessidades dos tempos que correm.

Não é de admirar, o Senhor Ministro Adjunto faz parte de uma casta política que bem conhecemos, dos que não precisam sequer de dizer que detestam Coimbra para demonstrar quanto dela escarnecem, quanto a despeitam. É uma casta que tem uma timbre geracional, sem dúvida, e que grassa abundantemente nos partidos do chamado "*arco do poder*".

Pois eu também me permito escarnecer e despeitar de igual modo a casta e a geração de pretensamente "*iluminados*", Senhor Ministro Adjunto. Permito-me escarnecer do seu desprezo por esta terra. Mais, posso até, como Almada, permitir-me afirmar que se o Senhor Ministro Adjunto é português, eu quero ser





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

espanhol. Mas não o farei, não precisarei de o fazer, porque quem despreza de tal modo pré-conceitadamente esta terra, também despreza todo o seu significado histórico e cultural. E esse significado, senhor Ministro Adjunto, esse, é matricialmente português.

O espanhol é, portanto, os Senhor, que me perdoem os melhores de entre os meus conterrâneos ibéricos. Já sabemos, Senhor Ministro Adjunto, que aqui em Coimbra não temos direito a nada que se revista do mínimo de dignidade, disse-no-lo há pouco tempo o seu governo quando engendrou aquela vergonhosa saída para o IC 3, o pobre e único itinerário do Plano Rodoviário Nacional que tem a desdita de ter esta cidade como destino.

Vem agora o Senhor lembrar-nos outra vez que não temos direito a nada. Que talvez, quem sabe, possa despendar algum (muito pouco) do seu tempo a engendrar uma "alterativa" para o ramal da Lousã, também ela, seguramente vexadora e atentatória da dignidade dos cidadãos que ainda aqui habitam, por enquanto. A sensação que temos é, Senhor Ministro, "*para aquela gente, qualquer porcaria serve, só temos de os calar, e é consideravelmente fácil...*"

Mas independentemente do já habitual, mas sempre humilhante, arrazoado verborreico dos senhores do poder central, a questão que aqui venho colocar — e agora dirigindo-me a V. Exa., Senhora representante do Senhor Presidente da Camara Municipal de Coimbra é:

- Como é que este Município vai reagir a mais este vexame?
- Como vamos nós proceder?

*Hipótese um* - calarmo-nos muito bem caladinhos, esperar pela tal "alterativa" milagreira do Senhor Ministro Adjunto e tentar resgatar um punhado de pequeninos "*benefícios*" políticos, no meio do prejuízo geral;

*Hipótese dois* - não nos calarmos e exigirmos até a exaustão e, de preferência, nas instâncias transnacionais, a reposição total dos bens colectivos dos quais fomos espoliados.

Não sei bem explicar porquê, Senhora Vice- Presidente, mas inclino-me para que a opção seja a *Hipótese um* ou por outra, muito me admiraria que no fosse a *Hipótese dois*.

E nesse caso, e para terminar, há uma outra solução acerca da qual me pronunciarei. Trata-se de um espaço aqui bem perto, as demolições massivas perpetradas junto a Rua Direita, mais precisamente entre a Avenida Fernão de Magalhães e a Rua Olímpio Nicolau Rui Fernandes.

Vamos rapidamente ao ponto onde tudo começou. Há cerca de treze anos atrás, quando se começou a conhecer o traçado do eléctrico rápido proposto para Coimbra, percebeu-se a necessidade de passar aquela estrutura de transporte colectivo por um canal dedicado, entre o Bota Abaixo e a Rua Olímpio Fernandes.

Duas razões de peso assistiam essa necessidade:

1. A constatação de que o chamado traçado central, que entra no centro da cidade e termina no Hospital da Universidade, era absolutamente, imprescindível, para a sustentabilidade da rede;
2. A perda de velocidade comercial e consequente desinteresse para a exploração se esse traçado central fosse dar as voltas habituais dos automóveis e dos autocarros, Amado, Rua da Sofia, etc.

Mas, ainda mais importante que isso, a este desígnio dos cidadãos de Coimbra corresponde uma iniciativa que representa, à uma, o único objectivo urbano verdadeiramente estratégico que se perfila no horizonte, com real capacidade de influência directa na qualidade de vida, e um dos maiores, senão o maior, investimento público de sempre no espaço urbano da cidade.

Acabar com essa possibilidade não representa uma mera manobra de "*desvio*" de verbas públicas, agora, que tanta falta fazem, significa, acima de tudo, atentar contra uma aspiração dos cidadãos, talvez a única que, de um modo amplo e abrangente, radica no desejo de uma cidade verdadeiramente mais viva e vivida, simultaneamente mais saudável e mais movimentada, a única aspiração que detém a possibilidade de equilibrar áreas urbanas em acelerada decadência — sobretudo a Baixa. "*Acabar*" com



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

esta possibilidade terá consequências tão graves e nefastas para a cidade de Coimbra que só à História competirá julgá-las.

Estas demolições, embora atabalhoadamente, foram feitas em prol de um interesse público, de uma infra-estrutura de transportes colectivos, verdadeiramente estruturante para a cidade.

A malha daquela zona tem séculos de evolução urbana, tinha um traçado marcante, estruturado pela preponderância dominante do Mosteiro de Santa Cruz, delineado pela presença da antiga judiaria e vincado por antinomia com o traçado humanista da Rua da Sofia. Não se pode ostentar o epíteto de Património Mundial e andar a brincar às demolições gratuitas, só para agradar à sanha retaliadora de um qualquer ministro de um qualquer governo.

Se essa infra-estrutura não for feita, se a tal Hipótese não for para a frente, Senhora Vice-Presidente, o que há a fazer, a única solução possível, é repor tudo como estava antes. Mas não é a tão propalada "*reabilitação*", não!

É restauro puro e duro, à maneira de Veneza, ou a maneira dos tempos áureos da gestão comunista de Bolonha no Pós Guerra. É pôr tudo exactamente como estava antes.

Mas, esta é sem dúvida a única saída possível do ponto de vista ético mas penso que é também a única possível do ponto de vista jurídico, uma vez que as propriedades foram expropriadas para uso colectivo, para uma infra-estrutura de transportes. Não o foram para se fazer uma Avenida Central (os desenhos para a chamada Avenida Central do Etienne de Gther já eram substancialmente pífios na década de 1940, como é possível ficarmos todos contentinhos em 2020 por cumprir os um dos mais frouxos, senão mesmo o mais frouxo, excerto do seu plano?).

Repor tudo como estava antes, esta é a exigência que faco, é a única saída digna para todo este vexame, é a única possibilidade de não nos sentirmos totalmente humilhados.

E com duas perguntas termino, Senhora Vice-Presidente:

*Primeiro* — o que pensa fazer em relação a mais este vexame?

*Segundo* — se, como parece ser a sua intenção, vai desistir definitivamente da linha central da rede de eléctrico rápido — a chamada Linha do Hospital — vai optar por construir um estradão suburbano para a passagem de automóveis, à maneira de meados do Seculo XX? Sou eu quem lhe formula as perguntas, Senhora Vice-Presidente, embora creia que há um conjunto considerável de cidadãos eleitores que estão ansiosos por conhecer as suas respostas.”

### **Intervenção da deputada municipal Maria Isabel da Silva Pimenta e Melo (CDU):**

“Em nome da CDU trago aqui duas questões:

#### *Cheias do Rio Ceira*

As recentes cheias do Ceira, na zona do Cabouco que fizeram transbordar o rio e inundaram o Cabouco, trouxeram grande destruição do património, grandes prejuízos para a população do Cabouco. Uma delegação da CDU, com o vereador Francisco Queirós, foi visitar a população. Vimos no local os problemas que foram levantados pelas cheias, a destruição de património, as consequências da cheia da zona da barragem do Alto do Ceira e a ideia que nos fica é que de facto, não houve aviso para salvaguarda das populações.

De facto, a deterioração do muro de betão na conduta transvasa entre, a barragem e a zona de Santa Luzia do Rio Unhais, não foi detectada e, aconteceu aquilo, sem aviso, naturalmente.

Esta rotura e esta questão vêm sempre a ser colocadas pela própria Protecção Civil, é que, não podia ter avisado.

E, a desculpa que se coloca, é que, a EDP não teria os dados para poder fazer os avisos, a rotura da barragem, seria num transvaso de ligação e eles não teriam os dados.

Esta fraca capacidade de resposta da EDP é evidente que tem a ver com a privatização!



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

A EDP tem feito cortes nas equipas técnicas, reduzê-as ao mínimo e, entrega o trabalho a empresas de subcontratação. Interessantemente, piora os serviços mas aumenta os custos para os utentes.

E aqui, eu queria chamar à atenção do seguinte: A Protecção Civil naturalmente coloca a questão ao lado, dizendo que: “*não podia dar o alerta, porque, não tinham dados e que, não poderia actuar porque, eram dados que não tinham controlados*”.

Nós já levamos o caso à Assembleia da República, o PCP levou apesar de não termos deputados na Assembleia da República, deputados por Coimbra, levamos a questão na mesma, à Assembleia e já foi colocado para perguntar da responsabilidade da Protecção Civil da responsabilidade da EDP porque depois, as culpas ficam sempre “*solteiras*” e isto não é assim! Ninguém tem culpa! Uns porque não tinham o aviso, os outros, porque não podiam controlar, etc. E a isto, têm que dar resposta a quem ficou sem os bens, a quem teve património destruído que, se calhar, estão menos interessados em saber quem tem a culpa mas saber quem lhes vai pagar os prejuízos e acima de tudo, resolver as situações futuras.

### ***Municipalização***

O segundo assunto que eu queria colocar diz respeito a uma questão que está hoje muito na ordem do dia que é “*Municipalização*”. A Municipalização, não só, da educação, da segurança social, como da saúde, etc. O governo pressionou várias câmaras e, eu vou ousar a palavra certa, pressionou várias câmaras, para experimentarem este sucesso da municipalização, fazer uma experiência. Sabemos aqui à volta que, Águeda teria aceitado a experiência, Oliveira do Bairro, também teria aceitado, Tondela, parece que também, eu digo, parece, porque de facto há dúvidas sobre estas coisas e, no caso de Castelo Branco, verificou-se que, pela vontade do Senhor Presidente da Câmara, adiará a experiência, mas como isto não é vontade só de uma pessoa, estamos num sistema democrático, estamos em democracia, alguns esquecessem, o que aconteceu foi que, nos agrupamentos de escolas, todos de Castelo Branco, disseram que não, que não querem tal experiência. O Senhor Presidente da Câmara, agora “*está com o menino dos braços*”, nem sei muito bem o que ele irá resolver, resolverá o que ele achar, o que ficará na sua consciência. Mesmo em relação a Oliveira do Bairro, sabemos que há uma petição que foi entregue na Câmara que, o colectivo das escolas rejeita liminarmente, esta experiência.

Ora a CDU tem uma posição muito clara em relação à municipalização, está contra! Mas está contra de uma maneira clara!

Temos uma posição contrária! E vamos explicar porquê!

Não porque estejamos contra a descentralização, nós defendemos a descentralização e sempre demonstrámos isso, como todos sabem. Mas por que é então estamos contra este processo de municipalização? Porque ele não vai ter um contra, ...Isto vai ser muito complicado devido, as assimetrias que há no país, há diferentes práticas nos municípios, isto é, se em municípios se valoriza muito a educação, noutros municípios, isto não acontece. Há acima de tudo uma enorme desresponsabilização do poder central, o que o poder central está, é a querer “*livrar a água do capote*”, isto é, arrumar a educação, se possível, para outros, e portanto, esta desresponsabilização, pode levar a coisas muito complicadas.

Eu lembro, alguns tipos de desmunicipalização da educação que foram feitos na Primeira República, os resultados que deram. No meio de muitas coisas importantes que na primeira república se fez sobre a educação, houve alturas em que os professores e os funcionários das escolas, não tinham dinheiro, não tinham salário.

Há competências que estão a ser colocadas às Câmaras que, as Câmaras não deviam receber.

Esta é a nossa posição. Porquê? Senão vejamos.

Nos contratos que já estão claros aparecem: “*incentivos à eficiência*” em que as Câmaras irão receber metade do valor dos professores que abaterem. Não sei se estão a perceber o que estou a dizer? Cada





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Câmara, se conseguir abater uns tantos professores, não é matar é, passar sem eles, recebe metade do valor.

Depois há recrutamentos simbólicos! As Câmaras não vão ter assim, tantos direitos, como julgam, nos recrutamentos, vão passar a ter competência na formação dos professores, estou mesmo a ver as Câmaras a terem que se desembrulhar com esta coisa da formação dos professores todos. A questão da gestão dos professores e dos equipamentos, a gestão dos não docentes, a gestão das matrículas nas escolas e até, a gestão da aprovação das turmas por escolas, ...o estabelecimento de parceria com os privados. Isto é uma espécie de PPP que depois as Câmaras poderão fazer com os privados e aí, estará estabelecido como se fará o apoio aos alunos deficientes, as ofertas profissionais, as componentes curriculares locais, a psicologia e a orientação, os contratos de autonomia, as escolas independentes, os contratos de associação com os privados e aqui, chamar à atenção que o cheque ensino, por exemplo no contrato administrativo, e aqui chamo à atenção da situação de público e em “pé de igualdade” e, é isto que está no processo, ... daí a razão da CDU tomar uma posição clara contra a municipalização.”

**O Presidente da Assembleia** informou os senhores deputados que deu entrada na Mesa, em devido tempo, uma Moção assinada pelo senhor deputado Manuel Rocha, em nome da CDU, exactamente, sobre a questão do desacordo dos signatários relativamente, ao regime jurídico de delegação de competências para os municípios, nas áreas sociais, aprovado pelo Conselho de Ministros em 15 de Janeiro de 2015 e que foi mandado distribuir aos Senhores Líderes de Bancada.

### **Intervenção do Presidente U F de Santa Clara e Castelo Viegas:**

“Muito boa tarde Senhor Presidente Mesa da Assembleia, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, minhas senhoras e meus senhores.

#### *Comissão Social de Freguesia*

A Comissão Social da Freguesia de Santa Clara, antes deste executivo não existia, aliás, existia mas eu achava que não produzia nada e acabei com a Comissão Social de Freguesia.

Criada nova Comissão Social de Freguesia, a Câmara pôs um representante que é a Dra. Maria João, começou a funcionar porque, tem mil euros por ano para cada freguesia e, esses mil euros são geridos, não pela junta, mas que a junta pode dar ao executivo da Comissão Social de Freguesia, atribuída numa votação de 4/3. Quem gere este dinheiro é a Fundação Bissaya Barreto.

A Junta de Freguesia pediu ao Senhor Vereador Jorge Maranhã Alves, para ver como é que estava a situação da Escola dos Pereiros no sentido de ela passar para a Junta. A questão está mal resolvida! A escola fica lá. No entanto, vem uma notazinha no fim a dizer que, quem trata daquilo é o Dr. Alcino.

Entretanto, também chegou uma proposta à Junta, vindo do Dr. Maranhã Alves, para colocar no executivo o Dr. Alcino. Como o executivo estava muito bem montado e estava a funcionar bem que eu, nem sequer sei, quem faz parte do executivo e aí, eu sou culpado porque disse podia sim pertencer ao plenário, mas nunca ao executivo. A retaliação, acho eu, foi aquela escola,... o representante, é o Senhor Alcino, como não o coloquei no executivo, também não tem direito a escola. E agora, recentemente, tiram-me a Dra. Maria João. Com esta retirada da Dr<sup>a</sup> Maria João que muito desenvolvia, também quero dizer ao Dr. Maranhã Alves, que a Comissão Social de Freguesia, vai embora também. A Junta é que faz tudo! Somos a única Freguesia que tem um Banco de Ajudas Técnicas que paga os livros, paga algumas rendas, vai dando comida a mais de 200 famílias, portanto, tudo o que é da Câmara quase que não tem significado.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Vai acabar a Comissão Social de Freguesia! Ou a Dra. Maria João vem!... que eu não acredito que ele a vá lá pôr outra vez, porque, quando as pessoas são boas e, quando as coisas estão a funcionar, não há nada como acabar com elas.

### *IMI*

Quero dizer aqui ao Senhor Presidente da Assembleia que considero que não recebi 1% do IMI. Há freguesias que têm poucas casas a pagar o IMI. Estamos a falar de mais de 20 milhões ou, muito perto de 30 milhões euros para a Câmara. Acho que o IMI que as pessoas pagam é para ter os passeios e as estradas arranjadas e, eu vou ao Plano de Actividades e vejo que nem 1% do IMI, vai para pavimentações.

Portanto, não sei o que é que vão fazer ao dinheiro do IMI! Se calhar é para pagar as obras ou devolver o dinheiro do Convento de São Francisco, porque, é um prejuízo medonho porque acho que não fizeram as coisas como deve ser.

### *Exploratório*

O Exploratório fez a 2ª fase, há mais de um ano.

Há mais de 1 ano que adquiriu o Planetário, que era o primeiro que estava em Portugal do género. Um ano depois, está lá, a ganhar teias de aranha, bolor, a estragar-se, a detorar-se e entretanto, já houve 2 cidades, em Portugal que adquiriram outros Planetários. Isto tudo por causa de um tubo de saneamento? Acho estranho! Não sei se é pelo tubo de saneamento, se é, pela pessoa que já está há anos a gerir o Exploratório. Não sei! Se mudarem a pessoa talvez a obra ande para a frente.

### *Agenda Cultural 2015*

Hoje recebi na minha junta esta brochura. Fui logo ver as minhas coisas e, vou aqui ao mês de junho, o maior evento da cidade de Coimbra que leva mais pessoas que mais trabalho tem é a Feira Popular... “Zero”, “Zero”! Eu não percebo! Eu sei que querem abafar a Feira Popular, ... quando a gente tem sucesso, quando a gente somos visíveis não há nada como acabar! Portanto, esta cidade está a lutar, neste momento com o executivo ou, com quem gere esta cidade, está a lutar pelo insucesso, por isso, Coimbra já está na cauda das cidades, estava em 3º lugar e já vai, em 8º ou, 10º lugar.”

### **Intervenção da deputada municipal Isabel Vargues (PS):**

“Muito boa tarde Senhor Presidente da Assembleia, Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros Colegas e público.

Gostaria de hoje, aqui, no irei demorar muito tempo, mas entre as múltiplas efemérides que se podem celebrar em 2015, do ponto de vista internacional, o final da 2ª Guerra Mundial é certamente, um facto e, em Portugal, não é menos importante o ano, há 40 anos – 1975, que começou exactamente, a 11 de Março e, a grande mudança que foi concluída em Setembro, com as primeiras eleições, com sufrágio universal que elegeu a Assembleia Constituinte. Seguramente estas são as mais importantes quanto a mim. Mas para nós, para Coimbra, há uma que tem grande relevo e que não deve deixar de ser recordada nesta sessão da Assembleia Municipal de Coimbra: celebram-se os 725 anos da Universidade de Coimbra. Por um feliz acaso como, na altura, professora, historiadora e como cidadã, como alguns que estão nesta Assembleia recordo que, no seculo passado, tive o grato privilégio de participar no 7º Centenário da UC (1990). Os seus 700 anos (1990) foram então uma efeméride com um impacto tremendo, não se recordarão com certeza maior parte dos jovens que estão nesta sala mas, entre publicações, colóquios, numismática, medalhística, tudo o que se fez então, daquele grande trabalho que é sempre a realização de colóquios internacionais resultaram múltiplos trabalhos escritos que estão ainda hoje acessíveis também em ambiente de grande colaboração entre o País, a Cidade e a Universidade, onde a magia, a mística de ser de Coimbra se revelaram, mais uma



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

vez. Desde então, muitas mudanças, algumas polémicas, certamente, tem acontecido no mundo e em Portugal. Tais mudanças têm importantes consequências em Coimbra desde então no campo do ensino, no campo da investigação, no campo da cultura, no campo do património, no campo do turismo, na internacionalização, que é sempre um bem que nós desejamos, mudanças que implicam necessariamente as várias políticas governamentais mas também as autárquicas e fundamentalmente implicam um encontro da Cidade com a Universidade. Hoje com as honrosas atribuições da UNESCO às "jóias da Universidade", estabelecida em Coimbra há 7 séculos, há uma responsabilidade ainda maior e há necessidade de novas realizações em que mais do que em combates inúteis todos nos podemos envolver, participar nesta característica única que só acontece na cidade de Coimbra

A Universidade, símbolo de uma cultura que teve impacto na humanidade, foi, como todos se recordarão em 2013, reconhecida como o ícone de uma cultura e de uma língua, ou como alguns quererão dizer, um idioma que de facto, é o português e, esta Cidade não se pode ficar alheada desse processo.

Gostaria de acentuar como, nessas propostas que nos competem aqui fazer e retomaria para salvaguardar esta importante efeméride e esta ligação local, nacional, internacional que a Universidade tem com a cidade de Coimbra, retomava, talvez fosse este o lugar de propor:

1. A geminação da cidade de Coimbra com as quatro cidades universitárias que foram Património Mundial da Humanidade: Charlottesville; Alcalá de Henares; Caracas; México;
2. Numa outra iniciativa que seria também importante retomar, propor a criação, não sei como chamar, uma Associação/Sociedade, entre os vários municípios portugueses, cerca de 19, neste momento, com ligação a esse património. Seja, como sítios com importância ou, com impacto cultural, seja como Património Mundial.

Em conclusão, gostaria de acentuar que este encontro e este reconhecimento mútuo, entre as instituições tem também sido, o resultado de um diálogo e de uma colaboração efectiva, entre a Câmara e a Universidade que têm estado sempre presentes e que tal reconhecimento mútuo e respeito mútuo que importa, tal como a Liberdade e a Democracia se alimentam diariamente.”

### **RECOMENDAÇÃO**

*Recomenda-se assim:*

1. *A geminação da cidade de Coimbra com as quatro cidades universitárias hoje Património Mundial da Humanidade: Charlottesville; Alcalá de Henares; Caracas; México;*
2. *A criação de uma Associação ou Sociedade constituída pelos vários municípios portugueses, até hoje reconhecidos como sítios, ou outros aspectos ligados ao Património Mundial.*

### **Intervenção do deputado municipal Mário Carvalho (PS):**

“Permita-me cumprimentar todos na pessoa do Senhor Presidente da Mesa e, mais uma vez, venho aqui, falar sobre uma área que me tem sido cara, já que fui eleito pelas pessoas e, também, um pouco, na qualidade pessoal de cidadão que tem os impostos pagos, com a segurança social paga, também. Tudo devidamente correcto.

A área de que venho falar até porque, em tempos passados, fui não diria, “amorosamente”, mas amavelmente, apelidado como “*deputado contentor do lixo*”, mas mais uma vez, venho insistir na parte do ambiente. E desta vez, passado todo este tempo que este executivo está em funções, venho trazer alguns louvores e, começaria desde logo, por louvar o facto de terem adquirido mais viaturas - 2 novas varredoras urbanas, somando às 4 que existiam, passarão a existir 6, o que é positivo; a colocação de alguns contentores enterrados, foi uma prática que eu já tinha visto noutras cidades e que também acho que é bastante positivo e que devia ser mais desenvolvida no futuro; algo que também é bastante visível que é a maior periodicidade no corte de relvados e desmatação de prados, nomeadamente, para quem faça o percurso na zona ribeirinha, podemos começar, junto ao Campo do



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Bolão, onde é bastante visível esse trabalho; Os terrenos subjacentes ao Choupal, também têm um trabalho bastante intensivo e objectivo que já há muito tempo também não sofria uma intervenção deste género, sendo que no futuro estará programado uma ciclovia, que não sendo novidade, penso, que será levada a cabo, com este mandato com actual executivo;

-A intervenção na mata de Monte Formoso;

-Limpeza e melhoramentos no jardim e parque infantil entre a Circular Externa e a Estrada de Coselhas, com melhoramento significativo, principalmente em todo o arvoredo envolvente, com limpeza também, tendo em vista o aspecto preventivo das cheias, a limpeza da ribeira que vem de Coselhas;

-O início da limpeza nas margens/taludes/muros do rio junto a Ponte de Santa Clara, que é um assunto que eu desde há muito tempo tenho vindo aqui defender e, pelo menos, em 50 metros foram limpos, já é um avanço significativo em relação ao executivo anterior que não fez limpeza sequer de um único metro, pese embora, que não seja da competência da Câmara, mas desafio o Senhor Vereador Carlos Cidade, a fazer pressão no sentido de que futuramente, possamos ter aquela zona toda limpa e, de forma aprazível, porque é uma zona muito importante para a cidade de Coimbra;

-O melhoramento do separador central da avenida Emídio Navarro, com a plantação de alguns arbustos que como se sabe, houve ali um problema com a doença das árvores que tiveram que ser abatidas;

-Melhoramentos dos Espaços verdes na Urbanização Quinta da Maia e Montes Claros;

-Criação de um percurso pedonal no Botânico, que irá ligar o Museu da Água dissecando o Jardim Botânico e permitindo o acesso ao interior do Jardim Botânico.

Para terminar, devo louvar neste aspecto, o trabalho da Câmara Municipal de Coimbra. São sempre trabalhos inacabados e, é sempre preciso fazer mais, mas para já, dou os meus parabéns e que seja para continuar.”

### **Intervenção do deputado municipal Jorge Seabra (CDU):**

“Senhora Vice-Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhor Presidente da Assembleia Municipal e Senhores Deputados, Profissionais da Comunicação Social, minhas Senhoras e meus Senhores.

Em Dezembro de 2014, na inauguração do Hospital do Senhor do Bonfim, em Vila do Conde, o maior hospital privado do país, Passos Coelho explanou a sua posição quanto à política de Saúde.

Afirmou o nosso primeiro-ministro que, *"o ideal era que o Estado não tivesse custos fixos com a Saúde e pudesse contratar, no mercado, os melhores cuidados ao melhor preço"*. Mas, acrescentou, *"como se fizeram, no passado, vultuosos investimentos não SNS, não se podem deixar os hospitais públicos vazios..."*.

Esclarecedor!

Possivelmente embalado pelo entusiasmo do investidor local, Manuel Agonia, que insistentemente repetiu que a *"Saúde é um negócio e não deve haver complexos em afirmá-lo e que também "já a anterior Ministra Leonor Beleza tremeu quando eu disse isso.." "O Senhor do Bonfim precisa, para levar a carta a Garcia, que seja tornado como um negócio verdadeiro"*, Passos Coelho abriu, nessas palavras, um pouco mais da sua alma neoliberal, crente nas ilimitadas virtudes do mercado e, coerentemente, assumiu a contrariedade da existência do chamado *Estado Social* e do peso do SNS herdado mas a extinguir.

Minutos depois, talvez por ter tomado consciência dessa inoportuna mas sincera confissão, o nosso primeiro ministro sentiu necessidade de afirmar ... *"ter salvo o SNS da falência"*, o que





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

pode parecer uma afirmação paradoxal, mas em Portugal não há ninguém, mesmo entre os que mais atacam o serviço público de Saúde, que tenha a coragem política de o assumir.

Dispensou-me de referir tudo o que foi feito ao longo das últimas décadas para abrir brechas no SNS por onde entraram as grandes privadas que, com os pagamentos às PPPs (412 milhões só em 2014), a subida das taxas moderadoras e as transferências maciças de doentes através dos programas das listas de espera, entre muitas outras medidas, tem obtido crescimentos de dois dígitos enquanto, o SNS definha.

Agora, nova investida está a caminho.

Disfarçada nas vantagens da descentralização – proposta por um governo centralizador e embalada em angélicos acenos às qualidades do poder autárquico, por parte de quem tanto o tem desrespeitado.

O Decreto-Lei nº 15 de Janeiro de 2015, prevê a municipalização: do Ensino, da Saúde, dos Serviços Sociais, da Cultura.

O governo tenta aproveitar a irresistível tendência de muitos autarcas a suprir os défices que os cortes troikianos vão pondo a descoberto nos concelhos e nas freguesias, procurando que estiquem a manta do poder local para os cobrir, colaborando assim, involuntariamente, na fractura das obrigações sociais do Estado, debilitando a sua necessária organização e orientação estratégica.

Em certos casos, os piores, a medida são um bode aos que anseiam distribuir as benesses e os favores com que se alimenta o caciquismo.

Uma armadilha e um perigo!

Se alguns se aborrecem com o nosso discurso (mesmo quando o tempo nos dá razão como com a troika ou com o euro) e consideram a nossa linguagem uma cassete - por não repetirmos, a cassete do discurso dominante do "não há dinheiro" ou do "não há alternativa", ou por ousarmos denunciar "a exploração do grande capital", deixem que vos fale de uma expressão, talvez menos "ortodoxa", que tem surgido ultimamente nas nossas reuniões quando analisamos este tipo de propostas:"

"Tem brinde"!

"Confesso que não sei qual a origem da expressão, certamente mais recente e menos histórica que "A internacional" ou "A vitória é difícil, mas é nossa!".

Mas, talvez por ter passado a minha vida profissional a tratar crianças, associe o "Tem brinde" ao que os bebés às vezes deixam nas fraldas e que se anuncia pelo mau odor.

Pois estas propostas governamentais "têm brinde". Cheiram mal!

"*Há o risco de desenquadramento de uma política nacional de Saúde*"; afirma o Bastonário da Ordem dos Médicos, "admitindo que, numa fase inicial, os utentes possam nem se aperceber de potenciais consequências da municipalização da Saúde"

"*A nossa principal preocupação - continua o Bastonário - é que haja uma ausência de política nacional, nomeadamente na área da prevenção, da prestação de cuidados. Uma intervenção municipal tem muitos aspectos positivos e deve ser sempre uma parte interessada, mas o nível de intervenção na decisão é que nos coloca sérias reservas e preocupações*". Essas e muitas outras dizemos nós.

"*Menos Estado, melhor Estado*" - já conhecemos esta cassete!

Mais Estado para as PPPs, menos Estado para o SNS. Mais para os municípios, menos para um serviço público de saúde coerente e nacional.

Tem brinde! Seguramente! E cheira mal!"

### **Intervenção do Presidente da Freguesias de Ceira:**

"Senhor Presidente da Mesa e restante Mesa, Senhora Vice-Presidente da Câmara, Senhor Vereadores, Senhores Jornalistas, caros Colegas





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

A freguesia de Ceira que aqui legitimamente, represento, vive horas conturbadas que contribuem e com razão para um descontentamento generalizado entre os seus mais, de 5 mil habitantes. Cabe pois trazer ao conhecimento dos membros desta Assembleia Municipal, alguns dos factos que ajudam a esse descontentamento e de que partilho plenamente.

Os moradores do lugar do Cabouco sofreram danos de considerável valor com a cheia ocorrida pelo repentino aumento do caudal das águas do rio Ceira, na noite de 30 para 31 de Janeiro do corrente ano. Se é certo que na época invernal, a parte mais baixa da localidade é invadida, algumas vezes, pelas águas que transbordam do leito do rio e que, este facto que acontece lentamente permite à população precaver-se de tal situação.

A verdade é que desta vez, o caudal subiu de uma maneira e tão rápida e imprevista que não foi possível tomar qualquer medida para evitar os muitos danos ocorridos. A origem das cheias terá tido origem numa rotura ocorrida na Barragem do Alto do Ceira 2 mas, a EDP escusa-se, lamentavelmente, a assumir a responsabilidade que lhe cabe.

É de tal maneira evidente a forma como encarou a situação que tendo a rotura ocorrido, pelas 17h00 do dia 31, só nesse mesmo dia, pelas 22h00, foi possível estabelecer contacto com o oficial de ligação à EDP, ou seja, 5 horas após, a rotura da conduta de derivação.

Mais estranho ainda, se nos apresenta o facto de, no relatório apresentado pela Autoridade Nacional da Protecção Civil, se omitirem os valores descarregados pela Barragem do Alto do Ceira, naquele dia 31 de Janeiro o que sem dúvida constituiu uma enorme lacuna para apreciação das responsabilidades.

E a verdade impõem-se que seja apurada, sem subterfúgios de qualquer natureza.

É de salientar que, no Rio Ceira, na nossa freguesia, estão instalados 2 sensores de alarme para acautelar o aumento repentino do caudal: um, no lugar do Cabouco e outro no lugar da Conrraria.

Só que este último está operacional, encontrando-se a jusante daquele, alguns milhares de metros acima. Acontece que, quando o sensor do Conrraria dá o devido alarme, já as águas ultrapassam em muito, o lugar do Cabouco. Por tudo aquilo que, sucintamente entendi cabe-me expor e solicitar, a reparação urgente do sensor do Cabouco e, a respectiva indemnização dos prejuízos avultados sofridos, por parte desta população aos quais a EDP, não pode, nem deve declinar, sobre as suas responsabilidades que são da mais elementar justiça.

Relativamente à obra da A13 que tanto que deu que falar, antes do seu início e, tanto dinheiro acarretou em projectos e mais projectos, continua a não ser concluída, em aspectos que parecendo de somenos importância, são bem significativos para a população desta freguesia, refiro-me concretamente ao facto de continuar cortada a estrada entre, Vendas de Ceira e o Senhor da Serra e, a sua ligação ao Cabouco e, estar obstruída a ponte sobre o Rio Ceira, neste mesmo lugar.

Solicito que sejam tomadas as providências necessárias, para a resolução destes problemas, além dos problemas que, não posso também de deixar de abordar, muito brevemente: a falta de sinalização em vários locais da freguesia; o considerável número de estradas em mau estado de conservação, por exemplo, a estrada que liga Ceira às Lagoas, a estrada que liga, o Sobral ao concelho de Miranda do Corvo; pontes danificadas como a de Sobral de Ceira que faz a ligação à freguesia de Almalaguês; linha de águas destruídas, com o conseqüente prejuízo, para o cultivo de terras.

Grande parte, senão mesmo na totalidade, estes últimos reparos são consequência directa das obras realizadas para, a construção da auto-estrada A 13 e, para a implementação do Metro-Mondego, uma vez que, o considerável aumento de trânsito, muito dele pesado, com a passagem sucessiva de camiões de grande porte que aceleraram o rápido desgaste rodoviário e que hoje, nos deparamos, não só na nossa freguesia mas também, na freguesia de Almalaguês, com a qual nos solidarizamos e, nos unimos com o objectivo claro da redução deste flagelo.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

No antigo ramal da Lousã, Ceira, era contemplada com 3 lugares paragem obrigatórios: dois apeadeiros e uma estação!

Isto evidencia a importância que aquela via de comunicação ferroviária tinha e continua a ter, para a nossa freguesia.

Com a aprovação do projecto prévio do Metro-Mondego, foi suprimida a circulação férrea e, os subsequentes prejuízos, para muitos utentes directos da linha férrea.

As obras onde já foram gastos, muitos milhões de euros, estão paradas há largos anos!

O aspecto da antiga via e terrenos confluentes oferecem-nos um panorama desolador e de abandono. Apesar da veleidade das promessas feitas sucessivamente pelos mais altos responsáveis da governação, não passam de palavras e, a população de Ceira e não só, merecia que esta vergonhosa situação encontrasse, o quanto antes, a solução mais condizente com os interesses gerais. Evidenciamos a nosso apelo na convicção plena de que, será restaurado o transporte colectivo centenário, iniciando o actual processo nos moldes devidos que, por insensatez, foi iniciado sem suporte financeiro devidamente acautelado e, que permita a sua conclusão dentro do prazo estipulado.

Termino esta intervenção tal como a inicie!

Como legítimo representante de um povo que nos últimos tempos tem sofrido prejuízos enormes nas suas estruturas e qualidade de vida, sinto a responsabilidade de carregar nos meus ombros, em nome da população, deixar vincado o meu profundo desagrado pelas ocorrências que acima mencionei e para as quais solicito a devida e superior intervenção dos membros desta Assembleia Municipal de Coimbra e, que esta minha intervenção, seja tida na devida e justa consideração e, que os meios competentes sejam disponibilizados, pressionando os comandos necessários, fazendo chegar aos responsáveis estas e demais decisões.”

### **Intervenção do Presidente da Freguesias de Torres do Mondego:**

“Senhor Presidente e vogais da Assembleia Municipal, Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Senhores Jornalistas, caros Concidãos.

A minha intervenção será breve, porque já muita tinta correu e por isso não vale a pena encetar grandes dissertações sobre a matéria. Relaciona-se com um tema muito caro a esta cidade e aos concelhos vizinhos da Lousã e de Miranda do Corvo: O Sistema de Mobilidade do Mondego, corporizado actualmente na sociedade Metro Mondego e num conjunto significativo de obras já realizadas. Este projecto é algo que tem alimentado os sonhos das populações que dele necessitam, tendo uma longevidade já superior a 20 anos, acarretando custos significativos ao conjunto de entidades nele envolvidas e, mais importante ainda, aos próprios cidadãos. É do conhecimento de todos os conimbricenses, lousanenses e mirandenses, dos movimentos intermunicipais de cidadãos em função dos “*quadrantes do vento*”, fazendo com que o ânimo daqueles vogasse entre a esperança e o desespero, dados os investimentos financeiros e mesmo de vida que foram sendo gizados neste tempo penoso, pontuado de avanços e recuos.

Se no caso dos cidadãos, porque foi para eles que este sistema foi pensado, a situação se tornou deveras complicada, para os concelhos envolvidos tem tido um efeito verdadeiramente anquilosante no seu desenvolvimento. Nesta assembleia, sem qualquer desprimor pelos concelhos vizinhos, importa que nos debrucemos sobre o impacto deste projecto na realidade da nossa cidade.

E que impactos são esses?

-Zonas semiesventradas que propiciam a marginalidade no sentido lato da palavra;

-Vários projectos de grande interesse público e privado, bloqueados pelas condicionantes dos traçados definidos ou ainda a definir;



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

-Condicionamento na elaboração do próprio PDM;

-Entre alguns outros que se poderiam aqui enumerar.

Então o que é necessário para a realização deste projecto?

O que é necessário para pôr tudo nos carris?

Acima de tudo, vontade:

-Vontade do governo central em passar de imediato à implementação do projecto;

-Vontade do governo central em desbloquear o impasse criado na Sociedade Metro Mondego, pela não aprovação do Plano de Actividades da empresa para 2015. Ao votar contra o plano elaborado pela sociedade na qual detém directamente 51% do capital, o governo vem demonstrar um comportamento algo patológico, corroborando a sensação que se tem de que algo não está bem na máquina do poder central;

-Vontade do governo em apresentar uma solução alternativa, já que as mais recentes declarações do Senhor Primeiro Ministro e do Senhor Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional (designação ministerial no mínimo curiosa face à realidade do país por contraponto à macrocefalia de Lisboa), têm sido da não-aceitação da solução de ferro-carril.

Contrastando com tudo isto, a postura do município de Coimbra, reforçada por várias moções deste órgão deliberativo no mesmo sentido, é a de avançar para o terreno e por as carruagens a circular, o quanto antes.

Sabe-se que as verbas restantes do financiamento da União Europeia para este projecto, seriam suficientes para a instalação da ferrovia. Restaria ao Governo Português a compra do material circulante e a implementação dos sistemas auxiliares (bilhética, monitorização, etc.).

Aqui chegados e porque o diagnóstico já está mais que realizado, as populações necessitam efectivamente de soluções urgentes para os seus problemas de mobilidade, com acções no terreno de forma célere. Resta-me assim colocar algumas questões ao Sr. Presidente da Câmara Municipal:

-Senhor Presidente, tem notícias de mais desenvolvimentos nesta matéria que pretenda partilhar com esta Assembleia e que nos possam trazer esperança numa solução para breve?

-Senhor Presidente, coloca algum constrangimento à alteração do modelo de circulação a adoptar para este projecto, tal como vários membros do governo têm recentemente veiculado?

-Senhor Presidente, que mais pode esta Assembleia fazer, pressupondo que existe o apoio inequívoco de todos os grupos parlamentares ao Metro Mondego, para tentar forçar junto do Governo Central, a implementação deste projecto ou de outro equivalente, o quanto antes, de modo a que se possa tornar num pólo de reorganização intermunicipal de transportes e de desenvolvimento dos concelhos nele abrangidos?

Ficamos pois expectantes relativamente à sua opinião sobre este assunto.”

### **Intervenção do deputado municipal Paulo Coelho (CDU):**

“Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, restantes membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros Colegas, Jornalista e público.

Gostaria, nestes breves minutos de partilhar convosco algumas das preocupações que a população nos transmitiu, aquando das Jornadas Ecologistas promovidas pelo Partido Ecologista “Os Verdes”, realizadas no concelho de Coimbra nos passados meses de Dezembro e Janeiro.

### *Água*

A primeira prende-se exactamente, com uma questão que já foi aqui levantada, na última Assembleia e que, tem a ver com as questões da água.

Tivemos aqui a garantia do Senhor Presidente da Câmara do seu veto à privatização.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Sabemos também que, a qualidade da água de Coimbra, é considerada das melhores, a nível nacional.

Sabemos também que até temos um Museu da Água e, é exactamente aí, que a questão se prende!

Qual Museu da Água?

Aquando da nossa visita, o que assistimos foi a um edifício quase abandonado, com pessoal pouco preparado, com pouca formação para as tarefas que desempenha e, inclusivamente, um serviço educativo, inexistente.

Ora, se a água é assim tão importante para todos nós e, basta ver a percentagem de água que todos nós temos no nosso corpo, porque que é que não se investe mais na água?

Só se pode valorizar este bem se de facto, ele for promovido e a promoção passa exactamente, por um serviço de qualidade e não a inexistência do mesmo.

É nesse sentido que, gostaria exortar a Câmara Municipal, a reactivar este serviço que era desempenhado pela Águas de Coimbra.”

### ***Reserva Natural do Paúl de Arzila***

A segunda questão, prende-se com o nosso património ambiental, nomeadamente, um espaço aqui a escassos quilómetros de Coimbra que é a *Reserva Natural do Paúl de Arzila*.

Como o próprio nome indica, é uma reserva natural, está integrada na Directiva Aves, é também protegida pelo facto de ser uma zona húmida, com uma riqueza quer na sua fauna quer na sua flora de enorme qualidade. No entanto, aquilo que notamos é que, há um desfasamento entre a riqueza natural e, a riqueza que deveria ser desfrutada pelas pessoas.

Na nossa opinião, o ambiente faz sentido se integrarmos lá as pessoas. E aquilo que vimos é que, há um enviesamento. As pessoas não se sentem integradas nesta reserva! Aquilo que a reserva poderia proporcionar a todos nós não reverte para a população da antiga freguesia de Arzila, agora, União de Freguesias. Antigamente, víamos vários agricultores, naquela zona que têm votado ao abandono a sua actividades, as próprias plantas que eram utilizadas para famosas esteiras de Arzila e, que eram fabricadas por várias pessoas, neste momento, apenas uma artesã a está a fazer. Portanto, poderia haver por parte da Câmara, um incentivo claro, ao aumento da actividade nesta área, nomeadamente, através do apoio à inovação e ao empreendedorismo e meio rural. Muitas vezes ouvimos falar em *empreendedorismo*, toda a gente apregoa esta palavra, é bonito dizê-la, cai muito bem, mas esquecemo-nos da parte agrícola, da parte que nos dá alimentos a todos nós. De facto, numa zona como aquela, faria todo o sentido que fosse promovido maior actividade agrícola, compatível com aquela área. Estou a lembrar-me de agriculturas mais amigas ao ambiente, como por exemplo, a agricultura biológica e outras. Nessa medida, seria também desejável que a Câmara apoiasse esta zona do nosso concelho, através do seu Gabinete de Empreendedorismo, para que, dali surgissem alguns produtos, por exemplo, através da criação de uma marca “*Arzila*”, potenciando naturalmente, toda a mais-valia que tem aquela zona.

### ***Canil Municipal***

Por último, gostaria de terminar estas breves notas com algo positivo.

Elogiar o trabalho da Câmara, nomeadamente do Senhor Vereador responsável pelo Canil Municipal, pelos Serviços Médico Veterinários, pelo conjunto de medidas que tem tomado no sentido de diminuir a eutanização dos animais. A eutanização é um termo muito bonito, se calhar, nem todos saberemos, mas estamos a falar de morte de animais. Animais que têm direitos, pese embora, nós às vezes, não gostarmos! Mas têm direitos! São seres vivos. Sempre que os matamos, algo se perde. Tem sido feito um conjunto de medidas, nomeadamente, a criação de uma “*Página*” e um conjunto de medidas, também tendentes à adopção destes animais que visa de facto, a diminuição da morte





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

dos mesmos e, quebrar um pouco, aquele ciclo que a maior parte das pessoas ainda têm de que: “...se vêem um animal na rua, tem que ir para o canil e, se vai para o canil, é para abater!” Essas medidas têm sido positivas e têm-se traduzido no menor número de animais mortos no canil.”

### **Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU):**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Caros Colegas Deputados Municipais, Jornalistas, Caros Concidadãos

#### ***Ramal da Lousã***

Uma pequena nota muito breve, mas gostaria de me referir, em nome do nosso Grupo Parlamentar, àquilo que se passa com a linha do Ramal da Lousã. Nós somos uma força política, como é conhecido, que sempre defendemos a existência do comboio. Parece-nos no entanto, e porque estamos entre pessoas de boa-fé, que existe aqui uma diferença de opinião, relativamente àquilo que aconteceu naquele lugar. Aquilo, não foi um negócio que tenha corrido mal!

Correu bem!

Aquele negócio correu bem porque, deu muito dinheiro a ganhar, às empresas de camionagem, deu muito dinheiro a ganhar, às empresas de construção, deu muito dinheiro a ganhar, a pessoas que assumiram postos chave na gestão do dossier que é, um dossier “*macabro*”, que diz respeito ao sofrimento das pessoas. Aquilo que nós temos hoje no Ramal da Lousã desde a Estação do Parque até Serpins, é qualquer coisa de extremamente transformador da vida das pessoas, aquilo que nós temos ali é, o exemplo mais límpido de como se pode fazer política lucrativa mas altamente lesiva dos interesses das populações. Nós temos para nós que esta situação tem que ser resolvida de novo, repondo os carris e fazendo as operações necessárias para que aquela via centenária, volte a funcionar nos termos em que funcionava, para serviço das populações e mais nada do que para ela servia.

Numa altura, numa discussão com um autarca da Lousã, um município vizinho, dizia ele, ...”*que não tinha a visão estratégica da Lousã...*”, ...”*não passava de um transporte de mercadorias*”, isto é, não pode haver medidas políticas que possam determinar aquilo que vai ser o futuro da nossa população e, o futuro das nossas populações, de todas as populações que vivem ao longo daquela via, De qualquer forma dizer-vos que, ficámos contentes em ver que, a ideia de que os carris devem voltar ao seu lugar, ao lugar onde nunca deviam ter saído, é uma ideia que começa a fazer caminho e, nas populações, de facto, o sofrimento tem sido muito.

#### ***Convento de S. Francisco***

O nosso Grupo Parlamentar foi recebido no Convento de São Francisco, tivemos a oportunidade de comparecer no Convento de São Francisco e de fazer uma visita àquele que é, um equipamento que vai ser um equipamento fundamental na planificação do esforço cultural e de algum esforço empresarial na nossa cidade. Podemos confirmar, a subsistência de problemas de concessão e construção, isto é, não soubemos aprender com as freiras que, já há alguns séculos, decidiram que não valia a pena viver num sítio onde tivessem os pés molhados, portanto, foram subindo até chegar aquele sítio, onde estava instalado o quartel, há bem pouco tempo. Nós não soubemos aprender com isso! Ainda hoje naquelas paredes de betão, entra água, entra muita água e é necessário encaminhá-la para fora dali!

As discussões de concepção e de construção, são questões que nos preocupam, mas de qualquer forma, está feito aquele equipamento!

Queremos chamar à atenção para o facto de que ainda hoje, não temos conhecimento de um modelo de gestão económica e financeira e de programação.





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Não se percebe que uma cidade não tem um teatro municipal, enfim, tem os problemas inerentes a quem não tem, de qualquer forma, não nos parece também, que seja ponto assente que aquele deva ser o Teatro Municipal de Coimbra. Parece-nos no entanto que não pode ser programado aquele espaço, sem termos em conta, os interesses do Município. Não sabemos se vamos ter um museu, se um complexo de eventos, se um equipamento cultural. Ainda hoje, não está definida, a vocação daquele sítio. Isso precisa de ser definido porque é um edifício extremamente importante na nossa geografia municipal.

Consideramos que aquele equipamento tem que ter uma gestão municipal, uma gestão pública!

Consideramos que aquele edifício todo, só faz sentido de existir se tiver uma gestão pública, uma vocação que seja do serviço público. Sabemos que vai ser necessário encontrar meios de criar de gestão autónoma, mas também sabemos que aquele vai ter que ser um sítio onde os cidadãos de Coimbra, possam encontrar-se, enfim, com aquilo que vai acontecendo ao seu lado e junto de si.

Nós sabemos que os locais com recursos à cultura têm sido, em Coimbra, muito escassos e deverão sempre ter em conta, a manutenção das estruturas existentes, não vá acontecer aquilo que aconteceu Bilbao numa certa altura, em que, tudo o que era equipamentos culturais de proximidade tiveram, um destino penoso até conseguirem reconstituírem-se.

O Convento de São Francisco não pode ser, o *eucalipto* neste pós-cultural que já é Coimbra, cidade onde acontecem muitas coisas e, onde por iniciativas diversas, muitas coisas se fazem acontecer.

Temos que fazer, na nossa opinião, um calendário à conta da discussão pública que foi anunciada há alguns dias relativamente, à qual muito se falou, em se fazer um calendário de diálogos com a população, de diálogos com os empresários, diálogos com os agentes culturais, diálogos com todos aqueles que poderão ser os ocupantes de máxima importância.

É, de facto, para nós urgente, a adopção de uma política cultural, tal como ela deve ser constituída, com um objectivo definido e possamos ir ao encontro de situações de conjuntura que vai resolvendo da melhor ou da pior forma.

Quero chamar à atenção para que existe nesta Assembleia, constituído um grupo, um grupo que tem que fazer também o seu trabalho, a nível de conhecimento daquilo que passa no Convento de São Francisco.

Apelamos para que haja uma conjugação de esforços para que nós próprios, a nível desta Assembleia, possamos junto do Convento, ter ideia do que ali se passa e, ter ideia também do que ali se deverá passar.

### ***Delegação de competências***

Uma última questão para a apresentação de uma moção, sobre a delegação de competências.

Vários camaradas meus já falaram sobre este tema. O texto está na posse dos representantes das bancadas.

Dizer-vos apenas que consideramos que, num estado que é um estado unido, num estado em que, de facto, a unitariedade dos procedimentos mais importantes do ponto de vista civilizacional, deve manter-se incorrupta, a municipalização é “*um gato escondido com o rabo de fora*”.

Disse muito bem o meu camarada Jorge Seabra que, aqui há um brinde.

Mesmo naquilo que parece ser bom, que é por exemplo, a municipalização, há muita gente que está de acordo com a municipalização, porque é a forma de o poder local poder ter “*mão*” sobre, por exemplo, a educação. Aquilo que está escondido é um grande negócio da educação, é um grande negócio da saúde, um grande negócio dos serviços sociais, um grande negócio da cultura e que não vai servir de forma alguma aquilo que é um a colisão de um estado como o nosso.

Consideramos que aquilo que está em marcha é “*um golpe de estado*”, por assim dizer “*um golpe de estado*” que vai subverter de forma dramática, reversível, porque a história resolve todos os seus problemas de forma dramática, aquilo que é o nosso esforço civilizacional neste nosso País.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Consideramos também, no caso da municipalização o que está em marcha pode ser muito grave do ponto de vista histórico.

A moção está nas vossas mãos e nós vamos aguardar enquanto a Mesa não ordenar proceder à votação.”

### **Intervenção do deputado municipal Nuno Silva (PS):**

“Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros colegas Deputados Municipais, Senhores Presidentes de Junta, Jornalistas, Municípes:

#### ***Reestruturação do sector das Águas***

O processo legislativo relativo ao que o governo denomina de “*reestruturação do sector das águas*” prossegue o seu caminho e vai deixando as suas marcas.

Até agora, o governo já demonstrou falta de diálogo e autoritarismo desprezo pela autonomia do poder local e confusão entre, o problema do sector e, o problema do Grupo Águas de Portugal. É naturalmente desejável e necessário que, o sector seja efectivamente reestruturado, no sentido de promover a sua eficiência, a redução dos custos operacionais e, a cobertura dos custos pelas tarifas. Esta reestruturação devia ainda ter em conta, a capacidade económica das populações, em geral e, características socio económicas de cada região, em particular. Esta reestruturação deveria ainda, conciliar a posição dos municípios e prever um mecanismo de solidariedade nacional e regional.

Perante este caderno de encargos, o que fez o governo?

Avançou sozinho, conseguindo colocar os principais operadores do sector, quer sejam públicos ou privados, contra.

Continua a confundir o problema do sector com o problema do grupo Águas de Portugal, promovendo a agregação dos sistemas multimunicipais existentes, com o objectivo de aumentar a sua escala de modo a promover a sua eficiência e uniformização de tarifas.

Considera ainda, que com esta agregação, fica resolvido o problema de sustentabilidade dos sistemas actuais. Esquece-se porem, que a falta de sustentabilidade se deve essencialmente, aos estudos de viabilidade económico e financeira, baseados em estimativas irreais sobredimensionadas, segundo as quais, os portugueses seriam hoje, mais de 20 milhões.

No entanto, por objecto do grupo da Águas de Portugal, o papel de comissário do governo, o impacto do sobredimensionamento dos sistemas, é de apenas de 3% do passivo total do grupo.

Aqui, a estimativa peca seguramente, por defeito.

Em Coimbra, somos confrontados com a fusão da empresa Águas do Mondego, com as empresas SIMRIA e SIMLIS, cuja data, já está marcada.

A junção destas empresas, que é perfeitamente natural para o Senhor Ministro.

Aos olhos deste governante, é natural juntar uma empresa que gere o abastecimento da água e, águas residuais, com duas empresas que operam exclusivamente, com águas residuais.

Uma empresa minimamente equilibrada, graças essencialmente, ao Município de Coimbra, com duas empresas com graves desequilíbrios financeiros.

No entanto, o Senhor Ministro deixou de fora esta fusão a empresa de Águas da região de Aveiro, pertença do Grupo de Águas de Portugal que gere o abastecimento de água e de águas residuais em vários municípios ao redor de Aveiro. Terá sido esquecimento?

Não terá sido único, uma vez que neste caso, a tão proclamada solidariedade do litoral para com o interior, ficou na gaveta, mas estamos perante três empresas no litoral que nós gerimos Águas do Centro do Litoral, com o Litoral.

Aqui, a solidariedade será essencialmente, Coimbra para com as outras regiões vizinhas.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Estamos perante uma ofensiva à autonomia do poder local em geral, e dos órgãos autárquicos de Coimbra, em particular.

O governo pretende retirar aos municípios, o controle do sector, tendo já iniciado esta empreitada com a atribuição da fixação das tarifas à entidade reguladora, mas o plano de trabalhos é mais vasto e devastador.

A participação do Município de Coimbra no capital na Sociedade Águas do Mondego é de quase 24%, passando, na nova sociedade para menos de 11%.

Este será o ponto de partida.

No futuro, os aumentos de capital irão seguramente reduzir esta participação para valores mínimos, como aconteceu com o gás ou, desaparecer por completo como sucedeu nos resíduos.

Para a criação da nova sociedade, o parecer do Município de Coimbra e dos restantes, não é vinculativo sendo, apenas, informativo.

Os caudais mínimos com a problemática do sector, em vez de eliminar, são transformados em valores mínimos.

Como explicar que, Coimbra paga 17 milhões de metros cúbicos de água, quando apenas necessita de 13?

São mais de 2 milhões de euros que pagamos!

De que vale ser eficiente se a factura não baixa?

A inovadora possibilidade de devolver aos municípios as infra-estruturas que se tornam necessárias, ficando os municípios obrigados a reembolsar a sociedade pelos investimentos realizados, é devastadora.

A imposição unilateral de alteração à concessão, como por exemplo, ao nível do seu prazo, sem qualquer alteração da valorização das infra-estruturas, muito menos, com a devida aprovação desta Assembleia, órgão que detém essa competência.

Termino realçando a posição unânime desta Assembleia sobre esta matéria, uma vez que, para além do ataque ao poder local e aos seus órgãos, legitimamente eleitos, estamos perante medidas profundamente lesivas para os interesses de Coimbra e dos seus municípios, contra as quais estamos obrigados a manifestar a nossa total intransigência.”

### **Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):**

“Caros Deputados, Senhor Presidente da Câmara, Caros Vereadores, Órgãos de Comunicação Social, público em geral.

#### **IMI**

Os órgãos de comunicação social alertaram a sociedade em geral para o facto de, o IMI poder aumentar em cerca de 400%, em virtude da eliminação da cláusula de salvaguarda que minorava os seus efeitos dos aumentos automáticos, resultantes da aplicação das taxas legalmente previstas.

A nós, surpreendeu-nos que haja quem tenha ficado surpreendido. Isto tendo em conta a persistência na política de saque fiscal que o governo tem levado a cabo.

Para nós, CDU, o evidente crescimento exponencial dos montantes cobrados aos municípios de Coimbra, obrigam a que procurem caminhos alternativos de financiamento.

É que o quadro em que se vai desenvolver a cobrança de IMI, não difere substancialmente daquele que tem vigorado e para o qual a CDU tem, recorrentemente, a chamar à atenção, nesta Assembleia.

Ainda que a taxa tributação dos imóveis avaliados seja inferior aos não avaliados, a verdade é que os resultados das avaliações actualizam a base tributável do cálculo do valor patrimonial para 3, 4 ou 5 vezes mais do que o anterior. Razão tem justificado o aumento continuado das receitas, aumento que vai continuar atingindo, no ano que passou, cerca de 40% das receitas correntes do Município.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

O PCP defende a desoneração do Imposto Municipal sobre Imóveis, através, de uma alteração global do respectivo Código, no mínimo através da redução do valor base do metro quadrado em que assenta a tributação dos prédios urbanos e, conjugada com a alteração oficiosa, com a alteração automática dos valores patrimoniais que os municípios têm actualmente.

Pretende-se com isto, aliviar o peso fiscal sobre as famílias, assegurar uma justa repartição dos recursos públicos entre a administração central e local, contrariando a lógica que nos últimos anos tem acontecido através dos orçamentos de estado que é, a desorçamentação do orçamento geral do estado com a oneração dos municípios e, o ónus nas autarquias do odioso do aumento dos efeitos da política fiscal.

O PCP defendeu em sede de debate do Orçamento do Estado, a manutenção de um regime de salvaguarda, foi rejeitado e, defende que, o aumento do IMI não excedesse os 75 euros em relação ao ano anterior.

Defendemos ainda, que se deve ter uma política de alargamento da isenção do IMI aos agregados familiares cujo rendimento total, não seja superior, a duas ponto, duas vezes, o valor anual da retribuição mínima mensal garantida e, a isenção aos agregados em que um dos elementos apresente uma deficiente com grau de incapacidade permanente, igual ou superior a 80% e, bem assim, nas situações em que o valor tributário, não exceda 10 vezes o valor anual da retribuição mínima mensal garantida. Isto, coerentemente com aquilo que temos vindo a defender ao longo dos anos de facto, não podem ser as famílias, não podem ser os munícipes, a suportar a incapacidade do estado central de fazer dotar os municípios da sua independência financeira. Mas não se pense que com isto, estamos a desvirtuar ou a desfigurar, o financiamento do estado central ao nível central ou, ao nível local. Tendo em conta que os maiores proprietários de imóveis, estão sujeitos a taxas residuais ou, mesmo, isentas de IMI. Estou a falar dos benefícios fiscais concedidos aos fundos imobiliários, que é uma “*escandaleira*” que se passa no nosso país.

São os grandes detentores da propriedade imobiliária em Portugal, que estão isentos de IMI, ao contrário do indivíduo e das famílias que o suportam na sua totalidade.

São estes senhores, responsáveis pelo estado a que o estado chegou e que, nos obrigaram a fazer empréstimos para salvar a banca e outras entidades financeiras que, tem que vir a ser penalizados e, tem que contribuir com a sua cota parte para que se desonem as famílias.

Há propostas alternativas, há alternativas, haja vontade política para as assumir, haja vontade política para as por em prática.”

### **Intervenção do deputado municipal Horácio Santiago (PS):**

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Coimbra, Caros Colegas da Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Senhores Vereadores, Caros Colegas Deputados, minhas senhoras e meus senhores.

#### ***Ramal da Lousã***

Queria começar a minha intervenção por dizer que, subscrevo por inteiro, as opiniões dos senhores presidentes das juntas de freguesias de Ceira e de Torres do Mondego sobre os temas que antes abordaram. Já o mesmo não direi em relação, ao Senhor Deputado Manuel da Rocha, peço desculpa por isso, mas, para mim, o Sistema de Mobilidade do Mondego é importante para Ceira, Miranda e Lousã, porém, este sistema é muito importante para Coimbra.

É estruturante para a cidade, é a possibilidade de rapidamente correremos a cidade de lés a lés, eu diria, é a modernidade que precisamos na urbe e, mais não digo.

#### ***Acção Social***



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Venho falar de uma área que me é querida e na qual me empenho directamente, há já umas dezenas de anos, trata-se evidentemente da acção social.

Como sabem, a rede social é por definição, um fórum de articulação e congregação de esforços, baseada na adesão livre das autarquias e de outras entidades públicas ou ainda de entidades privadas sem fins lucrativos para a erradicação ou atenuação da pobreza e da exclusão e promoção do desenvolvimento social da comunidade.

Depois de longos anos de plenários da rede social, realizados ao princípio da tarde, onde participavam muito poucos directores das instituições privadas, pelas dificuldades que tinham em se ausentar dos respectivos serviços, levantam a que, a maioria das decisões da rede social, fossem votadas pelos técnicos das referidas instituições, na maior parte sem mandato para o efeito. Finalmente, desde o primeiro plenário com o actual executivo, podemos participar em pleno e, a frequência aumentou significativamente e, a discussão é mais participada porque, os plenários passaram a ser marcados para horas apropriadas para todos aqueles que exercem os seus cargos voluntariamente e gratuitamente.

Em nome dos directores das IPSS que represento louvo a mudança e agradeço.

A ideia de levar a estes plenários alguns casos de inovação e sucesso, também é muito feliz, porque permite abrir novos horizontes e, novas expectativas aos participantes!

Realço também, o empenho do Senhor Vereador Dr. Jorge Alves e de toda a sua equipa, desdobrando-se na implantação e no acompanhamento das Comissões Sociais de Freguesia.

Estão a funcionar todas as Comissões Sociais de Freguesia!

Em Ceira, por exemplo e depois de um arranque ainda tímido em 2005, teve 8 anos de invernias provavelmente, porque assim convinha, para quem decidia no executivo.

Hoje é bem diferente!

As Comissões Sociais de Freguesia reúnem regularmente, em boa articulação com as instituições locais, com a educação, a saúde, a segurança social, evidentemente, com as autarquias, a nível de freguesia e município, envolvendo no concelho de Coimbra cerca de 300 instituições. Em todas as reuniões dos núcleos executivos e dos plenários, mesmo nos realizados à noite, tem estado um técnico da Câmara Municipal de Coimbra que faz o acompanhamento e a ligação, por vezes, com sacrifício pessoal e familiar, mas também com consciência do seu dever de intervenção na comunidade, nos horários em que esta, voluntariamente, está disponível para laborar.

Parabéns a todos!

Ficámos hoje aqui a saber também que, a Comissão Social da Freguesia de Santa Clara, não servia para nada!

Agora, felizmente, está a funcionar bem com o apoio de uma técnica da Câmara Municipal de Coimbra.

O meu amigo Simão, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Clara, não tem escola e por isso, vai acabar com a Comissão Social de Freguesia, que está a funcionar bem, como disse, com uma técnica da Câmara.

Assim, funcionam os fóruns de articulação e congregação, ou assim, não funcionam!

Com certeza que o técnico é da Câmara.

À Câmara deve competir a gestão dos técnicos e, sem querer ferir susceptibilidades, nem comparar competências, por certo serão ambas muito importantes, só tenho que lamentar que, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Clara e de Castelo Viegas decida unilateralmente, acabar com a Comissão Social de Freguesia destas duas freguesias.

Mil euros, será porventura pouco, mas sempre será bem melhor que o valor anterior que era “zero”.





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Quero também saudar a criação do Fundo Emergência Social para apoio às situações mais angustiantes e urgentes, financiado pela Câmara Municipal de Coimbra, regulado pelos parceiros das Comissões Sociais de Freguesia e gerido por uma IPSS, em cada freguesia.

A Câmara Municipal de Coimbra também, consciente e preocupada com a situação económica das famílias, aprovou a criação do passe social “*Consigo Mais*”, ao preço de 1 euro, com a finalidade de facilitar deslocações em transporte público aos mais desfavorecidos e, em particular, aos titulares do Rendimento Social de Inserção para combater a exclusão social.

O combate à exclusão social é de facto um objectivo importante do actual executivo, transversal a todos os escalões etários mas também, com atenção especial para as crianças e jovens do ensino obrigatório que não deixo de enaltecer.

Em tempos de crise, são as crianças e os idosos que normalmente mais sofrem!

A ideia de juntar os escalões A e B da Acção Social Escolar, tratando ambos por igual e garantido a alimentação e os livros de forma gratuita para todos, é uma atitude de grande nobreza que temos obrigação de registar e de saudar.

A oportunidade das crianças desfavorecidas do ensino básico, poderem usufruir de uma refeição principal, durante as férias de verão, foi uma ideia que me animou, até porque, já o tinha proposto em diversos fóruns e também aqui, na Assembleia Municipal. Não terá atingido porém, o efeito esperado talvez devido à distância das residências às escolas de apoio ou quem sabe, qualquer outra razão, porém, continua a ser uma medida necessária, pelo que espero, e deixo o desafio, para que volte a ser uma realidade e a experiência anterior, seja uma oportunidade de melhoria e um ponto de partida envolvendo mais a comunidade, as Comissões Sociais de Freguesia e as IPSS. Não é que eu seja um fã da “*caridadezinha*”, não que eu possa defender, o regresso ao tempo da “*sopa dos pobres*” porém, com a ressecção económica a prevalecer e, com austeridade, em cima de austeridade, nada mais nos resta que não seja, unir esforços, congregar vontades e estabelecer parcerias para ajudar quem mais precisa, como se está a fazer em Coimbra.

### **Intervenção do deputado municipal Júlio Gaudêncio (PPD/PSD/PPM/MPT):**

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores deputados e deputadas Municipais, Senhora Vice-Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, minhas Senhoras e meus Senhores Coimbra vive na gestão socialista há 19 meses, correspondentes a 40% do seu mandato, e continuamos a constatar o marasmo das suas propostas eleitorais e, senão constatamos na sua execução orçamental, aquilo que efectivamente, se está a passar em Coimbra.

O Senhor Presidente e a Câmara Municipal executaram, em 2 meses, 8% do orçamento.

Se nós extrapolássemos isto para o ano, obviamente, que não é linear, cumpriria 48% do orçamento da receita cobrada.

Nas despesas, executou 9,5 do orçamento.

Se extrapolarmos, seriam 57% das despesas executadas. O que quer dizer que, o Senhor Presidente está muito atrasado em execução e na concretização das obras e das acções que são necessárias para Coimbra.

Por outro lado, ainda não aprovamos as contas, o relatório e as contas do exercício de 2014, mas já sabemos que temos um saldo de gerência de 31 de Dezembro de 2014 de 18.781.394€.

Este saldo orçamental de gerência traduz-se, duas vezes e meia superior ao que se verificou em 2013. Sabemos que está aqui, capital que se destina ao Convento de São Francisco, mas de facto é que há aqui capital e, não percebemos porque que não é que está a ser feita a execução das despesas, nomeadamente dos projectos que são importantes para Coimbra.

A sua gestão continua assente em projectos do anterior executivo e, é pena que a sua conclusão continue a marcar passo, implicando acréscimo de despesas para o Município. Estes atrasos têm custos



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

financeiros que deveriam ser contabilizados para responsabilizar politicamente quem toma as decisões e, quem está em primeira linha é o Senhor Presidente da Câmara.

O Convento de S. Francisco, o IKEA, as áreas classificadas de Coimbra como Património da Humanidade com a sua reabilitação e o IParque, continuam a marcar passo e, o Senhor Presidente da Câmara e o responsável para que isso aconteça.

Entretanto, não deixa de concretizar ajustes directos, cujo limite é de 75 mil euros, já várias vezes aqui referidos e contestados, valores avultados em acções e projectos.

Nos últimos 3 meses, pelas informações de que dispomos da execução orçamental, foram aprovados estes ajustes directos pelo Senhor Presidente da Câmara em cerca de 1 milhão de euros sem passarem, estes ajustes, pela apreciação da vereação, tendo por base critérios de avaliação pessoal e discricionária, não respeitando os valores democráticos subjacentes aos eleitos, em representação do povo, que tem por função fiscalizar e decidir, da gestão municipal transparente e rigorosa.

O Senhor Presidente da Câmara, tem tiques autoritários e centralistas, por todas estas acções que se têm verificado daí que ainda hoje, passado todo este tempo e sendo da sua responsabilidade directa, no tenha definido a missão que pretende para Coimbra e qual a visão estratégica para o concelho.

Herdou importantes instrumentos e condições mas não vislumbramos objectivos, estratégias e acções que promovam o crescimento e desenvolvimento da cidade, do concelho e da região.

Muito do que é feito é efectivamente, a gestão corrente.

É obrigação de qualquer executivo!

O limpar estradas, o cortar silvas, o reparar buracos em caminhos etc., essa, é a gestão corrente!

Não é importante para uma Assembleia Municipal estar aqui a fazer uma intervenção salientando esses pormenores

O Município de Coimbra tem participações municipais em 19 empresas, associações e agências, que estão inseridas em sectores de actividades importantes, tais como, o Turismo, as Águas, os Mercados, os Transportes, o Ensino, a Reabilitação Urbana, os Resíduos Sólidos, etc., etc.

Em muitas delas com posições dominantes, chegando mesmo a ter 100% do capital dessas empresas.

Diga-nos Senhor Presidente, qual a estratégia que delineou para que estas empresas tenham um papel relevante para o desenvolvimento de Coimbra e, quais os objectivos para cada um dos sectores onde elas são relevantes?

Reafirmo o que já disse em intervenções nesta Assembleia:

“O Senhor Presidente tinha todas as condições para ter êxito neste mandato, e não deveria arranjar desculpas para não prosseguir políticas mobilizadoras que levassem Coimbra a uma cidade ainda mais atractiva e moderna. Mas, constatamos infelizmente, o atraso na execução de projectos muito importantes e, a não utilização dos instrumentos relevantes.”

A revitalização do comércio tradicional da Baixa, volto a salientar, continua por fazer e, era importante saber quantos novos estabelecimentos abriram e quantos postos de trabalho foram criados?

O que sabemos é que continuam a fechar lojas com a consequente perda de emprego.

Prometeu o Senhor Presidente a criação de centenas de postos de trabalho, era importante que informasse esta Assembleia, mais uma vez lhe peço, que respondesse a esta pergunta:

Quantos postos de trabalho que efectivamente foram criados nestes 19 meses?

A qualidade de vida dos coimbricenses, foi a grande preocupação dos executivos do PSD/CDS/PPM, envolvendo todos os sectores sociais e entidades institucionais, que muito contribuíram para atingir este objectivo da qualidade de vida,

Isto, obriga-nos, na oposição, a trabalhar para esse desiderato ter continuidade e seja desenvolvido.”

### **Intervenção da deputada municipal Rosa Isabel (PS):**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

“Senhor Presidente da Câmara, Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da Mesa, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhores Presidentes de Junta, Caras e Caros Deputados Municipais, Senhoras e Senhores

Rapidamente mas tinha hoje que vir aqui para felicitar, o executivo camarário pela candidatura que efectuou a Coimbra, a Capital Europeia da Juventude 2018.

Coimbra tem todos os ingredientes necessários para promover e levar a cabo, com sucesso, este projecto de ser Capital Europeia da Juventude.

O Fórum Europeu da Juventude atribui este título ao município para este poder promover um relacionamento com a juventude em diversas áreas como culturais, sociais e tantas outras, encorajar novas ideias e projectos inovadores com a participação activa dos jovens.

O município tem a oportunidade de ligar as suas acções, nas diversas áreas, de nível local ao nível europeu especialmente em relação a participação dos jovens o que se podia querer de melhor para um futuro dinâmico, com perspectiva de desenvolvimento de uma cidade, do que a hipótese de se complementar uma cidadania activa local com a europeia e principalmente nas camadas jovens.

Esta iniciativa proporciona também a cidade um reconhecimento público através dos meios de comunicação, não só nacionais mas também internacionais, levando a promoção do Município que pode servir é com certeza uma mais-valia, em vários domínios, como por exemplo, na importante que é, o turismo.

Coimbra enquadra-se modelarmente nesta candidatura a Capital Europeia da Juventude.

Um dos factores importantes desta candidatura, é ter Coimbra, uma prestigiada e reconhecida, internacionalmente, Universidade com cerca de 35 mil estudantes, de todas as áreas do conhecimento, de todos os pontos do País ao qual acresce o facto de ser a universidade portuguesa com mais estudantes do programa Erasmus e Lusófonos, cerca de 4000 mil. Temos, portanto, uma grande comunidade estudantil, a qual se junta uma forte tradição cultural e social da Associação Académica de Coimbra e todas as suas muitas secções culturais, sociais, artísticas e desportivas, não há no País outra igual.

Acresce a isto, a coincidência de, que no mesmo ano 2018, se realizarem em Coimbra os Jogos Europeus Universitários não podiam estar melhor enquadrados.

Naturalmente que esta candidatura vai exigir um trabalho conjunto e grande envolvimento de todas as estruturas e serviços locais e também nacionais, mas tenho a certeza que quando o trabalho é para enaltecer, promover e ajudar Coimbra, todas as forças vivas da cidade se unem e cooperam para concretizar o objectivo a que se propõem. Que o diga, todo o processo da candidatura a Património Mundial da Unesco, que terminou com o sucesso merecido e que é mais um dos factores que mostra a razão de ser desta candidatura.

E foi bem visível neste processo o apoio e a motivação por parte das mais diversas entidades locais e nacionais, temos uma excepção, a excepção foi, o Senhor Secretario de Estado do Desporto e da Juventude, que se esqueceu que deve tratar todos os municípios por igual, e lhe compete a um governante num estado democrático fazer tal acção.

Ora, o Senhor Secretario Estado do Desporto e da Juventude, esqueceu-se disto e decidiu apoiar uma das 3 candidaturas portuguesas a Capital Europeia da Juventude, dizendo, com isto, que uma delas é melhor do que as outras, em quê Senhor Secretario de Estado, Emídio Guerreiro?

Que critérios usou para essa decisão?

Esqueceu-se, também, que quem tem a responsabilidade de decidir é um júri internacional, felizmente, mas quis antecipar com esta sua opinião, a avaliação sobre as candidaturas.

Não me refiro à sua decisão, Senhor Secretario de Estado, em defesa da candidatura de Coimbra, não é porque naturalmente é a minha escolha, mas não me refiro a isso porque não preciso de lhe dizer o que é que tem Coimbra, quais as suas mais-valias e quais são as razões que justificam esta candidatura, porque sabe-o, tão bem, ... se calhar do melhor que eu.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Mas sim, porque o Senhor Secretario de Estado, porque devia saber que um governante não divide, um governante une, soma, e devia ter-se congratulado com as 3 por igual e não dizer que uma era melhor que a outras.

Mas nisto tudo, o que importa é Coimbra e Coimbra, é uma cidade de encanto único e eu acredito, porque tenho confiança nesta cidade e no seu executivo camarário, que está pronta a encantar como Capital Europeia da Juventude.

Bem-haja ao seu executivo camarário, bem-haja ao nosso Presidente da Câmara, vamos torcer todos, com certeza, para sermos Capital Europeia da Juventude.”

### **Intervenção do deputado municipal Rui Marques (PPD/PSD/PPM/MPT):**

#### ***Parque de estacionamento***

“Queria fazer dois pedidos de esclarecimentos dirigidos directamente ao Senhor Presidente da Câmara.

Pretendemos saber se, é do domínio privado municipal ou, da Universidade o terreno que está à frente do Estádio Universitário, ou seja, ao fundo da Ponte de Santa Clara, aquele parque de estacionamento anárquico, que ali está, se aquilo é do domínio privado do Município ou se é da Universidade?”

#### ***Troço entre Coimbra e Condeixa***

Não quero de maneira nenhuma roubar mais tempo a esta Assembleia, trazendo pela segunda vez um assunto que eu considero pertinente, embora não seja da responsabilidade objectiva desta Câmara, nem subjectiva, bem sei que, o executivo tem muito pouco tempo, tem muito trabalho pela frente, isto não é ironia, é verdade, mas, eu estou a falar novamente na questão do troço que une Coimbra, à zona de Condeixa. Falta ali um separador!

Não sou engenheiro, nem sou entendido, não sou perito na matéria mas, os acidentes são recorrentes. Felizmente, não tem acontecido acidentes mortais ultimamente, pelo menos que eu me tivesse apercebido, nem têm sido noticiados pelos órgãos de comunicação social, no entanto, nós gostaríamos que, se fosse possível, o Senhor Presidente, o executivo ou, quem bem entendesse, junto das Estradas de Portugal que tem a responsabilidade objectiva de tratar desse assunto de forma a acautelar os interesses maiores da segurança das pessoas que por ali passam todos os dias.”

### **Intervenção do deputado municipal Dino Alves (PPD/PSD/PPM/MPT):**

#### ***Capital Europeia da Juventude***

“Hoje vou passar a parte das promiscuidades, estou cansado de críticas que caem em “saco roto” e que não colhem a atenção de muitas das bancadas desta Assembleia e vou referir-me, a uma intervenção que fiz, aquando da discussão do orçamento de 2014 e de 2015, sobre a percentagem, o corte de mais de 90% nas verbas dedicadas, destinadas à juventude.

Quando se votaram as Grandes Opções do Plano, em 2015, essas verbas, foram novamente cortadas para metade. E, esta falta de estratégia para a juventude a que nós quase já nos tínhamos habituado por parte do executivo do Dr. Manuel Machado.

De facto estamos preocupados com a inércia da cidade e isso, poderia ser exemplo, à falta de visão para o aproveitamento do nosso reconhecimento, enquanto Património da Humanidade, ou mesmo, a péssima ou, inexistente execução do verdadeiro plano estratégico que esperávamos para os anos EUSAGames de 2018.

Sobre este último ponto, poderíamos hoje perguntar o que tem sido feito, mas a resposta já a conhecemos. Nada!





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Se perguntarmos de quem é a responsabilidade, aí, já o Vereador Carlos Cidade o disse em várias reuniões de Câmara, será empurrada para a Universidade! A culpa é da Universidade! A culpa nunca é da Câmara!

Porque o executivo de Manuel Machado tem uma visão, para a juventude para o desporto, para a cidade! Não, não tem!

Começamos este último mês a dar os primeiros passos para a criação do Conselho Municipal da Juventude. Até que enfim!

Mas, para variar algum jeito provinciano, o Dr. Manuel Machado dá os primeiros passos e quer dar um passo maior que a perna. Sem que nada o fizesse esperar, sem nunca ter sido discutido numa Assembleia Municipal, sem sequer constar das Grandes Opções do Plano de 2015, a 15 dias do fim do prazo da entrega das candidaturas, com uma candidatura, há 2 anos no terreno do nosso país, a Câmara de Coimbra anuncia, a primeira reunião do Conselho Municipal da Juventude, anuncia, informa os jovens presentes que, apresentará uma candidatura a “Capital Europeia da Juventude”.

O assunto já foi trazido com grande reconhecimento a esta Assembleia hoje, eu não serei tão optimista! Estou convencido porque vi as 2 das 3 candidaturas, infelizmente pela forma que a preparámos, não seremos tão sucedidos, mas quem me dera!

Foi com difícil embaraço que vimos o Presidente da Câmara a informar os jovens, sem os envolver nesta decisão.

É enorme esta tristeza que temos, por ver que esta tão boa ideia, vai ser também desperdiçada numa proposta fraca e atabalhoada, feita unilateralmente no único sítio onde se tomam as decisões nesta Câmara Municipal, no Gabinete do Senhor Presidente.

Considerado como uma segunda escola pelo Conselho Nacional da Juventude e ainda, não contando com o apoio do Senhor Secretário de Estado da Juventude, a nossa candidatura está infelizmente dotada ao fracasso. Claro que uma vez mais, a culpa deste fracasso, não é da Câmara Municipal! Desta vez é o governo que se comprometeu em apoiar uma candidatura de uma outra cidade que estava há 2 anos no terreno.

Pois é verdade!

Perguntou porque é que a candidatura é melhor?

Não me cabe a mim defender a candidatura de Cascais. Mas a verdade, é que é uma candidatura que está há 2 anos no terreno. Recordo, que também Coimbra teve uma candidatura por 2 anos no terreno por EUSAGames de 2018 e também aí, o Secretário de Estado, mas também a FADU, tantas outras organizações internacionais e nacionais, apoiaram a nossa candidatura, não só porque estava bem preparada mas porque tinha outra legitimidade. Desta vez, a 15 dias do fim do prazo a Câmara de Coimbra decidiu apresentar uma candidatura tão mal preparada. Que estranho que é que, uma autarquia que não tem qualquer política de juventude, que destina apenas 16 mil euros do seu orçamento aos jovens.

Cascais que investe mais de 1 milhão e 300 mil euros, mais de 5 vezes mais, na juventude, independentemente da candidatura que apresenta, tem seguramente muito para nos ensinar e nós temos muita humildade para aprender. Recordo que estive, não há mais de 6 meses, numa conferência organizada pela Senhora Vereadora da Juventude, em que estava presente também, a Senhora Vereadora da Juventude de Cascais e, muito aprendemos. Tenho a certeza que a Câmara Municipal muito aprendeu, com as mais diversas iniciativas que Cascais organiza, independentemente da qualidade da nossa candidatura. Nós temos de facto de ter a humildade de aprender com aqueles que fazem melhor que nós, há muito tempo. Não me cumpre aqui defender essa candidatura. Gostaria honestamente que Coimbra pudesse vencer e ser, Capital Europeia da Juventude. Mas, aquilo que eu não posso permitir, é que tal iniciativa que Manuel Machado prometeu à minha geração nas últimas autárquicas, seja hoje, usada como arma de arremesso político, só para fragilizar o governo e um futuro





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

adversário. Não aceito que Manuel Machado se desculpe da sua inércia, nem aceito ver o PS a utilizar a juventude de Coimbra no seu jogo político-partidário.

Estou convencido que se hoje, os jovens eleitos pelo Partido Socialista, para esta Assembleia, aqui estivessem, estariam ao meu lado nesta preocupação.

Infelizmente, já muitos estão ausentes do debate!

Recomendamos, Dr. Manuel Machado que assuma o resultado da sua inércia e, a sua falta de estratégia para a juventude.

Resista ao jogo político e aproveite esta derrota provável, como oportunidade de aprender e, para se forçar a trabalhar pela juventude, como tantos outros autarcas deste país fazem, tão bem ou melhor que nós.”

### **Intervenção do Presidente U F de Santa Clara e Castelo Viegas:**

“Vinha aqui para responder ao deputado Horácio Santiago que veio aqui dizer que eu perdi uma escola.

Eu não perdi escola nenhuma, para a Comissão Social de Freguesia, eu apenas, inocentemente, não aceitei que alguém da Câmara viesse a integrar o executivo já formado da Comissão Social de Freguesia. Como não aceitei, depois na resposta ao pedido da Escola de Marco dos Pereiros, o Senhor Vereador Jorge Maranhã Alves que estava em discussão e no fim, em 2 linhas que dizem apenas isto: “ *quem trata destes assuntos é o Dr Alcino*” .”

### **Intervenção da deputada municipal Rosa Isabel (PS):**

“Quem sabe, sabe!

Só para dizer que acabei de perceber, o porquê da intervenção do deputado Dino Alves.

O porquê da decisão do Senhor Secretário de Estado que eu não tinha percebido até agora e ficou bem claro, o vosso apoio a esta candidatura

Só continuo é a não perceber porquê?

Porque Coimbra é a única beneficiada com esta vitória!

Coimbra, os seus munícipes, os seus jovens, estão aqui em representação deles, foram eleitos por eles, deviam defendê-los, a 15 dias, a 8, a 1 do prazo.

Envolveram todos?

Não tiveram tempo?

Não interessa!

Vamos para a frente!

Queremos o melhor para a nossa cidade!

Não é o que vocês estão a fazer!

O apoio passou a declaração, ok!

Cascais, há 2 anos no terreno, é melhor que nós!

Chegaram primeiro?

Ganharam!

Venceram!

Vocês defendem Coimbra, os seus munícipes, não fiquem zangados com eles!

Estejam do lado deles sempre, perdendo ou ganhando as eleições.”

### **Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):**

“Senhor Presidente da Assembleia, respectiva Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros Deputados, meus Senhores e minhas Senhoras



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Digo com franqueza que estava à espera que o meu camarada, companheiro e amigo Maló de Abreu viesse desenvolver os elogios que inicialmente referiu, relativos à boa governação desta Câmara e do seu Presidente Manuel Machado. Mas, certamente, depois de ouvir a Isabel Cruz, depois de ouvir o Mário Carvalho e outros colegas da bancada da Socialista, entendeu por bem que, já eram bastantes, chegava e portanto, melhor era e, melhor fora, desistir da palavra. Ficou-lhe bem meu caro Maló de Abreu.

Mas há coisas que, vindas às vezes de quem vêm, não podemos deixar de dar um reparo na devida medida.

Percebemos bem as atoardas proferidas nas conferências de imprensa em que alguns, com interesses meramente políticos, andam para aí a movimentar em detrimento de Coimbra, mas também percebemos bem, como diz um ilustre professor da nossa Universidade que: “ *qualquer aprendiz de maledicência e muito particularmente, o senso comum, sabem que a insinuação, as meias verdades, a insuspeição, o inconclusivo, são a maneira mais conseguida de ofender quem quer que seja*”.

Mas, a nós não nos ofendem!

A esses dizemos que estamos a reconstruir Coimbra!

Não é quem quer e como quer que nos ofende!

A governação socialista é transparente, séria, rigorosa, honrada e conforme a lei.

Pode vir o Ministério Público sempre e quando quiser a qualquer momento, fazer uma auditoria rigorosa que tudo isso constatará – o rigor!

Afaste-se pois, a maledicência!

Todos os ajustes directos que nesta Câmara ocorreram têm pleno acento legal e, nas disposições no Código dos Contratos Públicos, nomeadamente, os artigos 24º, 27º, 36º e 113º.

A moral sufraga a lei, mas já não, a maledicência!

### ***Centro de Congressos do Convento de S. Francisco***

Foi assim que, para dotar o Centro de Congressos do Convento de São Francisco de novas capacidades e, complementar o tecido artístico, cultural e criativo da cidade e poder acolher grandes eventos temáticos sejam eles ligados ao conhecimento, à inovação, ao turismo de negócios, entre outros. Quem vier por bem, participa e colabora, quem quiser emperrar, fazer marcha atrás, complicar Coimbra, pode fazer as conferências de imprensa que quiserem. Não nos criam desânimos mas antes, mais forças nos dão para valorizar Coimbra.

Também nesta Assembleia Municipal foi constituída uma Comissão, integrada por representantes por todos os partidos e do movimento de alguns cidadãos.

Mas, de outra forma já diferente, adoptou-se o concurso público na empreitada para recuperar e colmatar as inúmeras asneiras e irregularidades e anomalias para corrigirem a entrada de água no auditório, no palco e subpalco do Centro de Congressos do Convento de São Francisco a que ainda há pouco e bem, se referiu o senhor deputado Manuel Rocha, a água também, no estacionamento, as inconformidades com projecto e bem assim, para concluir esse espaço operacional e multifuncional que irá conjugar a economia, a cultura, o conhecimento e a inovação, ao serviço do desenvolvimento da cidade e da região.

### ***Parques de estacionamento da estação Velha***

Foi também assim, por ajuste directo para a obra de Requalificação dos Parques de Estacionamento da Estação Velha, também adjudicada, por ajuste directo, à Empresa Delfim de Jesus Martins & Irmão, Lda, em rigoroso cumprimento da lei. Ganharam-se espaços de estacionamento para 20 táxis e 51 lugares de estacionamento público.

É isto que incomoda alguns, valorizar Coimbra!



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

### ***Ciclovía Choupal - Portela***

Será também, conforme melhor for para o interesse público e para os conimbricenses, o procedimento concursal para a obra da ciclovía do Choupal até à Portela, prevista nas Grandes Opções do Plano, para este ano, com os seus 3 troços.

Choupal-Portagem, Portagem-Vale das Flores, Vale das Flores-Portela.

Queremos o troço urbano de Coimbra concluído, antes mesmo do seu prolongamento até à Figueira da Foz, como está previsto no estudo na Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego.

### ***Terreiro da Erva***

Igualmente também, conforme melhor for para o interesse público e para a cidade, o arranjo urbano do Terreio da Erva.

Aí surge já uma área de lazer, com zonas de praças e esplanadas, pensada para a Comissão de Moradores, munícipes, visitantes e turistas.

A área central, será rebaixada cerca de 50cm e pavimentada em granito, predominando, o calcário à sua volta e, em seu redor, irá nascer uma área verde, arborizada com carvalhos, freixos e bétulas.

O que é importante para os Conimbricenses e para a cidade, não é a forma do procedimento adjudicatório, desde que seja conforme a lei.

O importante para fazer uma Coimbra moderna e bonita, é fazer obra, é construir, é trabalhar, é fazer!

Esta oposição negativa, com as suas conversas, em família, nas suas conferências, sejam elas nocturnas ou ao entardecer, não me estorvam o caminho por muito que seja a má-língua.

Senhor Deputado Júlio Gaudêncio, não lhe vou responder porque, o seu colega Presidente de Junta de Santa Clara, já o fez!

Coimbra for relegada, como referiu para 8º, 9º ou 10º lugar das nossas cidades, vamos recuperar o lugar que tem direito.

Fica-lhe bem senhor deputado Paulo Coelho, o elogio justo que fez ao Senhor Vereador do Ambiente, Carlos Cidade. Podia, mas já estava em causa própria, haver outras intervenções que nesse sentido aqui foram proferidas, mas vou concluir, dizendo ao Dino que convenhamos antes que, esse governante do PSD, o Senhor Secretario de Estado da Juventude Emídio Ferreira, não gosta mesmo de Coimbra. É óbvio!

Desiludam-se quem quer que lhe passe pela cabeça que é possível atrapalhar Coimbra, em nome de inconfessados interesses.

O PS, está em cada dia que passa, a valorizar Coimbra, com transparência, com rigor e com honradez!"

**Neste momento foram colocadas à votação as moções apresentadas pelos deputados e que a seguir se transcrevem:**

### **MOÇÃO**

#### ***DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS***

*Considerando que:*

- 1. A Constituição da República Portuguesa prevê que o "Estado é unitário e respeita na sua organização funcionamento o regime autonómico insular e os princípios de subsidiariedade da autonomia das autarquias locais e da descentralização democrática da Administração Pública" (artigo 6º., nº 1).*
- 2. A descentralização de poderes efectua-se mediante a transferência de atribuições e competências para as autarquias locais, tendo por finalidade assegurar o reforço de coesão nacional e da*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

*solidariedade inter-regional e promover a eficiência e eficácia da gestão pública assegurando os direitos das populações.*

3. *A descentralização administrativa deve assegurar o princípio da subsidiariedade devendo as atribuições e competências ser exercidas pelo nível de administração melhor colocado para prosseguir com racionalidade, eficácia e proximidade aos cidadãos.*
  4. *A transferência de competências deve ser acompanhada dos meios humanos, recursos financeiros e do património adequados ao desempenho das funções transferidas, e não assumida, como a prática tem demonstrado, num processo de redução de investimento público e transferência de ónus e insatisfação para o Poder Local.*
  5. *O Decreto-Lei sobre descentralização de competências aprovado em Conselho de Ministros em 15 de Janeiro de 2015, constitui-se no seu objectivo e fins, num processo de delegação de competências a concretizar através de contratos Interadministrativo a celebrar com as autarquias que aderirem em áreas de grande complexidade (educação, saúde, segurança social e cultura), não separado da estratégia de destruição de políticas públicas e funções sociais do Estado que as governos há muito prosseguem.*
  6. *A solução que, nesta matéria, possa vir a ser encontrada, deverá passar por uma verdadeira descentralização de competências, em cujo quadro o Poder Local Democrático se assuma como titular de atribuições e competências próprias, com os inerentes poderes de direcção e conformação em sede de legalidade e mérito, em matérias justificáveis à luz do princípio da complementaridade, e que não comprometa a universalidade das funções sociais do Estado.*
  7. *O governo, ao invés, vem preconizar um modelo assente numa delegação de competências segundo a qual os próprios elementos de negociação e contratualização parecem encontrar-se reduzidos a pouco mais que uma possibilidade, manifestamente incompatível com a dimensão autonómica do Poder Local Democrático, de adesão dos Municípios a condições e objectivos pré-definidos.*
  8. *A solução preconizada é incompatível com a autonomia do Poder Local, sendo mais um passo na sua subordinação a interesses e políticas que lhe são estranhos.*
  9. *Mais do que adquirir novas competências, considera-se que o essencial para o Poder Local é o preenchimento das condições (financeiras, de autonomia e de política de pessoal) indispensáveis ao pleno exercício das competências que hoje fazem parte do domínio das responsabilidades das autarquias.*
  10. *Não estão manifestamente reunidas as condições mínimas para um diálogo sério entre a Administração Central e a Administração Local dado o percurso de ataque, arbitrariedades e sonegação de meios que têm sido impostos as autarquias locais, para lá da comprovada má-fé com que têm vindo a ser conduzidos os processos de transferência de competências em áreas como a educação, a protecção civil ou a rede de serviços públicos.*
  11. *O processo de delegação de competências anterior abriu espaço e justificou em muitas situações a privatização de funções educativas, restringiu o carácter universal e gratuito do sistema de ensino, afectou a dignidade da carreira docente, constituiu um adicional factor de novos encargos para as autarquias que se dispuseram a dar o passo da contratualização.*
- A Assembleia Municipal de Coimbra reunida no dia 12 de Março de 2015, delibera manifestar:*
- O seu desacordo expresso face ao regime jurídico de delegação de competências para os Municípios nas áreas sociais aprovado no Conselho de Ministros de 15 de Janeiro de 2015;*
  - O seu repúdio face ao tratamento dispensado pelo Governo, ao longo de todo este processo legislativo, a ANMP e conseqüentemente, aos Municípios portugueses e ao Poder Local Democrático;*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- *Apelar ao Congresso da ANMP, a realizar em 27 e 28 de Março próximo, para que no diálogo institucional que lhe cumpre prosseguir, rejeite liminarmente esta proposta de contratos Interadministrativo de delegação de competências e manifeste a disponibilidade para aprofundar a discussão duma verdadeira descentralização de competências conforme o previsto na Constituição da Republica Portuguesa.*

*A moção será remetida às seguintes entidades:*

- *Associação Nacional de Municípios Portugueses*
- *Grupos Parlamentares da AR*
- *Primeiro-Ministro*

### ***Deliberação nº 1/2015 (12/03/2015)***

*A Assembleia deliberou, por unanimidade e sob proposta da CDU aprovar esta Moção.*

### ***RECOMENDAÇÃO***

- 3. A geminação da cidade de Coimbra com as quatro cidades universitárias hoje Património Mundial da Humanidade: Charlottesville; Alcalá de Henares; Caracas; México;*
- 4. A criação de uma Associação ou Sociedade constituída pelos vários municípios portugueses, até hoje reconhecidos como sítios, ou outros aspectos ligados ao Património Mundial.*

### ***Deliberação nº 2/2015 (12/03/2015)***

*A Assembleia deliberou, por unanimidade e sob proposta do PS aprovar esta Recomendação.*

### **Período da Ordem do Dia:**

#### **Ponto 1 - Intervenção do Presidente da Câmara:**

Nos termos da al. c) do nº2 do artº75º da Lei nº75/2013 de 12 de Setembro foi apresentada a informação escrita a cerca da actividade da Câmara bem como, a situação financeira e previamente distribuída aos membros da Assembleia.

“Senhor Presidente, Senhores Vereadores e Senhores Deputados

Antes de mais, um pedido de agradecimento pela compreensão manifestada pelo facto de não ter podido, apesar dos esforços para tentar chegar à hora marcada, atempadamente, para o início desta reunião da Assembleia Municipal. Há sempre uma primeira vez e aqui, também aconteceu, mas o motivo é ponderoso e importante.

Decorreu durante toda a manhã, saí de Coimbra cerca das 7 horas para participar numa Conferência Nacional sobre Poder Local Democrático, na defesa da “*água pública*”.

A realização teve lugar em Almada e, como é costume, demorou mais tempo do que era previsto pelo que, se prolongou pela hora de almoço, daí a razão de ter chegada à hora que cheguei.

No meu impedimento a Senhora Vice Presidente estaria aqui para fazer o trabalho que era preciso fazer, enquanto eu não chegasse.

Tenho um conjunto de apontamentos, Senhor Presidente, que irei procurar responder tanto quanto estes apontamentos e as observações aqui feitas permitirem.

Começando pela parte final!

#### ***Capital Europeia da Juventude***

Candidatura de Coimbra a *Capital Europeia da Juventude*. Está submetida!

Houve aqui intervenções de que tomei boa nota.

Uma intervenção surpreendente ver um deputado municipal de Coimbra, a defender abnegada e afincadamente a candidatura de Cascais.





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Tenho muita estima pelo Senhor Presidente da Câmara de Cascais, aliás, na véspera tentaram demover-me, ou melhor tentaram que eu tirasse o “*tapete*” da candidatura de Coimbra, mas como não sou traidor, obviamente, já sabiam com o que contavam.

Não é verdade que candidatura de outras cidades esteja a demorar tanto tempo como isso, porque cada candidatura é feita anualmente e depois, cada cidade é candidata, cada município é candidato, cada autoridade urbana é candidata, é apreciada pelo comité respectivo e é decidido, escolhido naturalmente. Cascais, é 3ª vez que apresenta candidatura e, é de enaltecer o esforço.

Vamos ver o que é que acontece!

Mas é necessário clarificar aqui um detalhe de grande relevância.

As candidaturas a *Capital Europeia da Juventude* não são do governo. As candidaturas a *Capital Europeia da Juventude* são das cidades, são apresentadas pelas autoridades urbanas na linguagem mais comum agora conhecida.

Há vários países, designadamente, o Reino Unido, Chipre, a Itália e outros que têm “*n*” candidaturas. No tempo da *antiga senhora* é que o Senhor Ministro das Cooperações, ou o orador político do SNI, determinava, qual era a cidade que tinha a candidatura para realizar o festival do folclore ou coisas parecidas, era outro tempo!

As candidaturas a *Capital Europeia da Juventude* são organizadas pelas cidades!

Que isto fique claro! A nossa está bem representada e bem estruturada.

É uma candidatura credível, tem qualidade.

Eu direi sem qualquer espírito provinciano: É melhor que as outras!

É com o mesmo afinco com que apoiamos a retomada dos EUSAGames em 2018, acrescento ao valor do trabalho dos que nos antecederam, mantenho aqui o mesmo espírito.

É a primeira vez que Coimbra apresenta a candidatura *Capital Europeia da Juventude* em 2018, coincidente com a realização da EUSAGames em 2018.

É um projecto relevante para Coimbra e mantemos toda a determinação em vencer a candidatura, mas, como é normal numa candidatura, já há vaticínios de que ela está chumbada, agradeço, mas como diria o outro, eu penso que se precipitaram a anunciar a minha hora da morte, a hora da morte da nossa candidatura. Ela está em pleno vigor e candidatada.

Pois é senhor deputado Dino Alves há jovens que já nascem velhos!

### ***Privatização da Água***

A questão que neste momento nos preocupa e, em primeiro lugar é, a defesa da água pública.

Está a decorrer, a Assembleia Municipal aprovou, nós contestámos, preparámo-nos para meter uma acção em tribunal para impugnar, se necessário, o intento que está em curso de confisco de um bem público municipal ou de vários municípios.

É a fusão da Águas do Mondego com a SIMRIA com a SIMLIS!

O argumento político preparado pelo governo é que se trata de promover o equilíbrio tarifário, entre o litoral e o interior, entre as zonas mais prósperas e as zonas mais desfavorecidas.

Se nós olharmos para o território, verificamos sem dificuldade que Leiria, Coimbra e Aveiro, não têm grande interioridade.

Portanto, o conceito político parece estar errado!

O que está em curso, é uma operação que visa, tão só, no imediato tapar o enorme buraco financeiro, pelo desmando de gestão de uma empresa pública estatal que se chama “Águas de Portugal” e querem tapar esse buraco financeiro, à custa do esbulho dos bens municipais.

É o que está em curso!

Ontem, reuniu a Assembleia Geral da Águas do Mondego!



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

A Águas de Portugal é accionista, nós temos 28%, a Águas de Portugal tem 51%, os outros municípios têm a parte restante.

No ano transacto, no exercício anterior, a Águas do Mondego foi rentável.

Os accionistas municipais procuraram na Assembleia Geral que, em vez da distribuição de dividendos, que se procedesse a uma integração desse capital, nos capitais próprios da empresa, que se não distribuíssem esses dividendos, porque, não há necessidade disso, de modo a capacitar a Empresa Águas do Mondego, a ter o dinheiro necessário para fazer parte da contrapartida nacional, indispensável à realização de Fundos Comunitários.

Não foi aceite!

Defendemos igualmente que ele fosse utilizado, para reduzir a tarifa que está a ser seguida pelas Águas do Mondego, para nos vender a água, em alta.

Portanto, se dá lucro, reduz-se o lucro, já que não querem a incorporação de capital na própria empresa.

Nem uma coisa nem outra foi aceite, pelo dictate do accionista, Águas de Portugal, que se levantou e disse: “A nossa deliberação é assim, distribuição de dividendos”.

Quem fala em democracia e em democratas senhores deputados, deve ver-se ao espelho e assumir a responsabilidade política, nas suas correlações, até partidárias, porque, o Conselho de Administração da Águas de Portugal, exerce o seu munus na Assembleia Geral, por ordem da tutela directa que é o Senhor Ministro do Ambiente.

Interceptamos isso em vários sítios do país e aqui repetiu-se ontem.

Portanto, a Águas de Mondego, vai prosseguir essa sua conduta imprópria e está em curso, uma operação de fazer a fusão, passando o Município de Coimbra de 28%, para entre 2 ou 3%. qualquer coisa %, do capital da empresa, passando a Águas de Portugal a ter a maioria qualificada do conjunto das empresas fundidas, o que lhe permite fazer tudo, inclusivamente, não ouvir os municípios!

Assumir um monopólio da distribuição da água em alta e determinar o que a lei lhe permite, criaram condições para isso, de exigir, fazer, promover de decretar, a verticalização, isto é, as Águas de Coimbra vão também!

Coimbra que tem, desde 1855, o direito, porque foi a primeira cidade, em Portugal que conseguiu e que preparou o direito de explorar, a distribuição de água para consumo humano.

Em 1898, Coimbra tinha 6 fontenários, para servir quase 100 mil habitantes e, o Regulamento Municipal era sobre, a conduta das pessoas que iam com o cântaro buscar água para casa.

Coimbra iniciou no princípio do século XX uma operação profunda que nós temos a honra de partilhar e de continuar, de tratar a água para consumo humano, construir as Estações de Tratamento de Águas Residuais, organizar civilizadamente, a cidade.

Tudo agora se prepara para abocanhar.

Portanto, Senhores Deputados, aqui é mesmo um apelo!

Precisamos todos da solidariedade de uns dos outros, os que são municipalistas e que acham que é uma indignidade, o que está a passar-se para vencermos esta luta que é importantíssima, contra o centralismo, contra o roubo dos bens públicos municipais e, apelo, a que nos juntemos, nesse objectivo.

Tive aliás, já diversas manifestações, de pessoas, de cidadãos, de entidades disponíveis para participarem, neste desafio.

Esta é a razão por que eu fui Almada, hoje de madrugada e voltarei a outro sítio depois, porque temos que vencer, para evitar que as águas sejam privatizadas, porque é isso que alguns querem!

Essa é a segunda etapa do processo!



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

E, sejam eles de que partido forem, devem saber que pelo menos, em Coimbra, há pessoas que consideram a água um bem público e como tal, deve ser gerido e que consideram, tal e qual como as estâncias europeias caminham para a afirmação formal, consideram a água, um direito humano e, os Direitos Humanos, não são susceptíveis de mercantilização.

### *IMI*

Senhores Deputados

O Senhor Dr Pinto Ângelo referenciou, o aspecto do IMI e da falta da cláusula de salvaguarda.

É questão que se voltou a insistir ainda agora, há poucos dias, mas está em preparação uma revisão, ainda que ténue, mas é uma revisão no sentido do aperfeiçoamento do conjunto de leis das finanças locais, do regime jurídico, etc. e, a Associação Nacional de Municípios Portuguesas, voltou a insistir para que fosse inserida esta cláusula para tentar ir a tempo, ... tentar, porque sabemos que foi recusada, liminarmente, na Assembleia da República, aquando da dotação do Orçamento de Estado. Portanto, é o que está no Orçamento de Estado, é de facto isto, a cláusula da salvaguarda caiu, e vai ser problemático, mesmo em Coimbra. Mas, é coisa para o qual alertámos, chamámos à atenção e procurámos ver e evitar.

### *IHRU*

Nesta revisão de diplomas, a prova daquilo que se afirma que frequentemente se introduzem leis para perturbar, ou mal feitas, ou mal confeccionadas, ou feitas à pressa, inadequadas.

Vejam que vem a esta Assembleia Municipal, penso que é a quarta versão da minuta do contrato de financiamento pelo Banco Europeu de Investimento, através do IHRU.

É a quarta versão!

Na Lei do Orçamento de Estado, aparece uma excepção que permite o empréstimo em geral, em 20 anos, mas para estes empréstimos, para 30 anos.

Esqueceram-se, foi a afirmação do IHRU, esqueceu-se de propor na alteração, o período de carência.

A lei geral determina 2 anos, havíamos contratado o período de carência, por 10 anos, foi preciso refazer as contas todas e aí estamos nós, outra vez, a repetir!

O dinheiro que é preciso para intervir no Terreiro da Erva, em relação à empreitada, que é preciso para intervir, numa série de património que aqui foi referido,

Senhores Deputados, quem criticou, por falta de trabalho no Centro Histórico, no terreno, exactamente, são os responsáveis, têm nomes, os processos estão aí!

Eu assumo as minhas responsabilidades, mas não sou conivente com irresponsabilidades de outrem e, é isto que eu quero afirmar, peremptoriamente.

Estamos a ser maltratados, por parte das gentes da Administração Central que querem boicotar a actividade dos municípios em geral e, do nosso em particular.

Eu sinto que estou no “ponto de mira”, acho até interessante e durmo descansado com isso!

De facto é o que está a acontecer, no empréstimo do IHRU!

O que está a acontecer na via de impacto ambiental, aqui no Bota-Abaixo, entre o Bota-Abaixo e o desventramento feito na área central da Cidade, está a ser tomada pela marginalidade, é um crime ambiental que ali está!

Mas quem é que mandou aquilo abaixo?

Não foi o Estado?

Não é o Estado o principal accionista do Metro Mondego?

Não é o Estado o principal accionista da SRU, que está bloqueada?

Porque é que a SRU está bloqueada quando o Estado tem a maioria do capital?

Porque é que não reúne a Assembleia Geral que está interrompida há 1 ano?



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Onde é que o Estado assume as suas responsabilidades ou, o Governo assume as suas responsabilidades, apesar das inúmeras reuniões em que participamos procurando encontrar soluções?

Onde está a decisão sobre o Metro Mondego, o Sistema de Mobilidade do Mondego, que foi aqui abordado?

Senhores Deputados

O que tenho afirmado e, há quem não concorde comigo e, a mim merece-me todo o respeito mas, entendo que deve ser assim!

É que é preciso um Sistema de Mobilidade do Mondego, na região de Coimbra.

Se é em carris, se é noutra solução é, um dispositivo de transporte colectivo de pessoas.

Não deixarei envolver-me na dúvida sobre a bitola dos carris, sobre as catenárias ou outra coisa qualquer! Não!

É uma questão técnica e política.

É preciso é assumir quem tem obrigação de assumir, a solução que transporte pessoas!

Que considere que, não pode abandonar-se a ligação entre o apeadeiro velho e Serpins mas que tem que ser feita ao mesmo tempo a linha para o hospital e que sirva esta área central de Coimbra sobre pena da empresa, claudicar ao fim de 3 anos, por aplicação das leis, que alguém criou.

Não fomos nós!

Para não haver armadilhas!

Manifestei a disponibilidade na Revisão do Plano Director Municipal, houve o cuidado de potenciar a capacidade urbana dos terrenos sobranceiros do canal do Metro Mondego.

Foi adoptada na Revisão do Plano.

Foi disponibilizada a possibilidade, para evitar conflitos de carreiras e concorrência desnecessária, concorrência, no sentido de competitividade doentia, que se gera inevitavelmente, de integrar na empresa do Metro Mondego, o Sistema de Mobilidade do Mondego ou, nos SMTUC.

Nós precisamos de modernizar a frota, alterar a estratégia sobre a estrutura, simplesmente, não podemos fazê-la, sem sabermos qual é solução de transportes, o modo de exploração da outra parte que é decisiva e é estruturante.

Mas quem está a bloquear isto?

O governo? Têm nomes!

Nós temos aqui frequentemente na nossa cidade, os senhores ministros que são simpatiquíssimos, os senhores secretários de estado, os senhores deputados, todas as pessoas são simpáticas, mas é preciso reagir e agir.

E, é esse o ponto em que estamos!

A Assembleia Geral da SRU tem resolver, tem de reunir, mas também ainda não está convocada!

### ***Centro de Convenções e Congressos do Convento de S. Francisco***

Temos vindo a receber visitas, seja de vereadores, seja de grupos parlamentares, de grupos políticos, aproximados dos senhores deputados do PSD que eu tenho gosto de lá receber a visitar as instalações, mesmo estando lá, a empresa a trabalhar.

Em Abril, será discutida a estratégia com os estudos que estão a ser desenvolvidos, com os sectores importantes da nossa academia, com a audição de agentes culturais, etc..

Eu sou dos que defende que, aquilo não pode ser eucalipto para secar actividade cultural da parte envolvente da cidade e penso, que isso é sentido, por todos os agentes culturais, com quem se tem contactado.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Eu espero que nós consigamos, ainda antes de meados do ano, se o Presidente da Assembleia Municipal concordar e a Mesa, naturalmente, em fazer lá, uma reunião formal da Assembleia Municipal.

Acho que era um gesto simbólico deste órgão, a Assembleia Municipal lá reunir!

Numa das salas para se conhecer o que se está a fazer.

Estamos na fase final da empreitada de cerca de 8 milhões de euros, 7,6 milhões de euros para a empreitada final daquela obra.

Entretanto, acabada em Abril, será posto em discussão pública, o projecto estratégico sobre Centro de Convenções e Congressos do Convento de S. Francisco e mesmo, a internacionalização, etc.

É lá que estão a decorrer os contactos as recolhas de opiniões, os contributos de diversos agentes culturais e turísticos e outros, não só de Coimbra, mas como do País e mesmo alguns, de outros pontos do planeta.

Pessoas que sabem e que têm experiência disso!

Um outro aspecto, Senhor Presidente e Senhores Deputados

Queria partilhar uma questão importante que tem a ver com, um decreto-lei recente que vem a sendo apelidado de “*Municipalização de Serviços do Estado*” descarregados nas autarquias municipais.

É um decreto-Lei que foi publicado muito recentemente e que, o preâmbulo é de descentralização, o articulado, é de delegação de competências.

Fomos contra esses expediente em várias estâncias e órgãos, em funções públicas e privadas, alertámos, chamámos, para a razão, por que o que está em cima da mesa é a delegação em áreas tão importantes e, especialmente relevantes, como a educação e a saúde.

Na área da educação, poderia equacionar-se alguns aspectos a serem melhorados! Poderiam!

Simplesmente ter-se-iam que se alterar os limites, à contratação, aos encargos com o pessoal.

É necessário possibilitar a contratação de profissionais capazes, por ajuste directo, porque é mesmo preciso isso, para as escolas funcionarem. Não podemos ficar pendentes de um visto, ou de outro qualquer procedimento, se temos uma escola em que, por qualquer azar, como a do concelho de Portimão, que não havia cabimento para comprar refeições escolares.

E visto foi! Paciência!

Não pode, a lei não permite.

Foi assim que o Tribunal de Contas decidiu. É a Lei!

É preciso alterar as leis!

Não é alterar uma coisa, é alterar tudo e, alterar tudo com seriedade, com honestidade.

Honestidade no sentido, ... com lisura intelectual e não fazer este tipo de operações que tem vindo a decorrer em que, num período em que estão pessoas, ...

Visitem-se as urgências do nosso hospital!

É altamente preocupante!

Eu, que tenho dito sempre, que Coimbra tem, excelentes serviços públicos e privados, especialmente públicos é constrangedor visitarmos as urgências dos nossos hospitais ou, serviços públicos de saúde e ver a quantidade de pessoas que estão ali à míngua, que não há recursos humanos, não há recursos materiais, não há, não há, não há!

E sem criar alerta, isto, tem mesmo que ser resolvido

Então, estando isto a acontecer, descarrega-se, uma parte desta da saúde, em cima dos municípios?

O que é que isto significa?

Querem ver se os municípios alinham a ser co-coveiros do Serviço Nacional de Saúde?

Obviamente que é isso que querem!





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Porque claudicará! Ficarà desmantelado, obviamente!

Não seremos coniventes com isso!

Na área da Segurança Social, o que o Estado está a fazer é, a convidar, a empurrar as câmaras municipais para serviços que a Segurança Social, ... cujos impostos nós pagamos, todos nós pagamos em geral, nem todos,... nós pagamos, sempre que nos mandam pagar, obviamente e, deveria ser considerado, isto é, descarregar ou, levar para as câmaras municipais, um trabalho que é da responsabilidade do Estado, através dos seus serviços públicos centrais.

Quando estavam a propor a algumas juntas de freguesias do nosso concelho que fossem criados “*Espaços do Cidadão*” que alguns dos Senhores Presidentes das Juntas Freguesias sabem disso, seguramente, até porque estiveram em contacto, o que estiveram a fazer ao mesmo tempo, foi a extinguir a Direcção geral da Economia; o que estão a fazer ao mesmo tempo é, a despedir pessoal de vários serviços públicos do nosso concelho e, ainda assim, Coimbra tem capacidade de resistência, tem capacidades instaladas em que isto é, ligeiramente debelado.

Então, e as comunidades dos concelhos pequenos que não têm mais nada?

O compromisso que foi assumido são as “*Lojas do Cidadão*”.

O “*Espaço do Cidadão*” é uma complementaridade e, tem que ser conversado, não é descarregado assim, por contratos que ninguém conhece.

É o caso da educação!

O caso da saúde, não há um papel, um papel, nem sequer na fase instrutória da discussão do decreto que está aí publicado!

E o governo quis avançar por aí!

Senhor Presidente e Senhores Deputados

Eu não estou dizer isto para me desculpar daquilo que quer que seja

Penso que já o disse com clareza, não sou de passar culpas. Frequentemente, sou solidário com os erros, mesmo que não tenha contribuído, em nada, para que eles acontecessem, mas como sou um servidor público, manter-me-ei firme nesta determinação.

Custe o que custar, nós somos daqueles que querem ir para além da Troika!

Nós faremos tudo quanto em nós caiba para dignificar a cidade de Coimbra e a Câmara Municipal.”

### **Intervenção do deputado municipal Maló de Abreu (PPD/PSD/PPM/MPT):**

“O senhor Presidente obriga-me à defesa da honra da bancada porque, foi utilizada aqui a expressão de “*traidor*”, a um deputado da minha bancada e perante a expressão utilizada obriga-nos naturalmente à “*Defesa da Honra*”

Peço que me permita utilizar esta figura regimental de defesa da honra.

O Senhor Presidente da Câmara, tentou mais uma vez perante uma intervenção de um deputado da “*Coligação Por Coimbra*” e nomeadamente do mesmo deputado achincalhá-lo chamou-lhe de “*traidor*” pensando que quando o deputado Dino Alves se referia, ao que se referiu, estava a trair os interesses de Coimbra.

Quero dizer-lhe o seguinte: Já no tempo do outro senhor, quando se pôs a questão de Souselas, nós estivemos ao lado de Coimbra.

Senhor Presidente da Câmara, tem-nos sempre, a todos, e se o quiser utilizar, a mim, em particular, ao lado de Coimbra.

O que o deputado Dino Alves quis dizer e eu sublinho, é que Vossa Excelência, não está a trabalhar para o bem de Coimbra!

E eu sublinho Vossa Excelência, não está a trabalhar para o bem de Coimbra!

É pouco, o que tem feito politicamente!

São bastantes os esquecimentos de Vossa Excelência!



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Nós pomos até em causa, e quero que isto fique claro, que se pode ter tratado, não um problema de esquecimento, mas de um problema de negligência, de negligência política, objectivamente, o que se passou com os dirigentes nomeados em substituição, em Junho de 2014. E nós aí, nisso, vamos até ao fim. Porque, uma coisa, é um esquecimento e, até esquecer-se de responder estrategicamente, a perguntas que lhe foram colocadas hoje, outra coisa, é tratar-se de negligência, podendo configurar inclusivamente, o exercício ilegal de funções.

Quero terminar Senhor Presidente, dizendo em defesa da nossa honra e da bancada que conta connosco sempre para a defesa de Coimbra, não conta connosco para apoucar as pessoas, apara apoucar o deputado porque estamos na Assinbolia Municipal não estamos nos locais onde V. Ex<sup>a</sup> o faz amiudadamente, quinzenalmente.”

### **Ponto 2 - Revisão do Regimento da Assembleia Municipal:**

Retirado

### **Ponto 3 - Acabamentos e exploração do Parque de Estacionamento do Centro de Convenções e Espaço Cultural do Convento de S. Francisco/Coimbra – pedido de autorização da concessão de exploração, nos termos da alínea p), artº 25º, do Anexo I da lei nº 75/2013**

#### **Intervenção da deputada municipal Cristina Agreira:**

“Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Senhores Vereadores, Senhores Presidentes de Junta, Senhores Deputados, Senhores e Senhoras presentes.

Relativamente aos acabamentos de exploração do Parque de Estacionamento do Centro de Convenções e Espaço Cultural do Convento de S. Francisco, em Junho de 2013, a Câmara Municipal de Coimbra, à altura em funções, procedeu à abertura de uma empreitada e fez uma opção por uma gestão pública.

Ao fim de um ano e meio, o Senhor Presidente está a propor uma nova abertura de um concurso, agora, para entregar a gestão a privados, aparentemente, o Senhor Presidente não sabia que já tinha sido aberto um concurso, para o mesmo fim embora, para uma gestão pública. Não temos nada a opor à gestão ser entregue a privados, mas efectivamente quais são a mais-valias por uma opção privada?

O Senhor Presidente tem estudos, dados fiáveis ou outro tipo de informação que provenha que esta é melhor opção para a Gestão do Parque de Estacionamento do Centro de Convenções e Espaço Cultural do Convento de S. Francisco?

Senhor Presidente, não acha que andar um ano e meio com este dossier esquecido trás um grave prejuízo aos munícipes de Coimbra?

Ou seja, por outras palavras!

Porquê, este ano e meio de esquecimento?

Anular o concurso à pressa e fazer outro?

Afinal, o que é que foi feito no último ano e meio?

No entanto, lendo o documento que está adjacente a este ponto fica a seguinte reflexão: “*Oh Senhor Presidente uma coisa é decisão sobre fundos em 2013 outra coisa é uma decisão em 2015 e o Senhor Presidente, sabe isso muito bem!*”

#### **Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):**

“Só para dizer que, nunca tive conhecimento que, de alguma vez ter sido proposta uma gestão pública para o Parque, pelo menos, que tenha vindo a esta Assembleia Municipal e queria convidar a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

deputada que referisse a deliberação anterior que, porventura, deliberasse em algum sentido a atribuição à gestão pública, quer seja na Câmara ou nesta Assembleia Municipal, porque, eu não tenho presente, não a conheço e era bom que não ficássemos com suspeições da realidade.”

### **O Senhor Presidente da Câmara Municipal pediu a palavra para prestar esclarecimentos**

“Senhor Presidente e Senhores Deputados

Foi feita a pergunta directa e eu não fujo às respostas.

Porquê um ano e meio de atraso? Não é um ano e meio!

Tomámos posse no dia 21 de Outubro de 2013 e a empreitada adjudicada à MRG, decorreu durante 3 meses ou 4 meses, com o máximo de 10 operários... no máximo, e em geral com 1. Depois gerou-se um incidente judicial, cuja primeira acção foi apresentada no tribunal, se não estou em erro, no dia 22 de Outubro de 2013, isto é, no dia seguinte de ter tomada de posse. Foi necessário tomar posse administrativa, executar as garantias bancárias e resolver os problemas e, é isso que estamos a fazer ainda! Tem dado trabalho!

Não é um ano e meio de perda de tempo!

Estamos a recuperar e apresentar a estratégia para o Parque de Estacionamento do Convento de S. Francisco ser sujeito a um concurso, nos termos que é referido, para ser submetido à exploração privada, na condição de fazerem os trabalhos de acabamentos.

E porquê?

Aquela obra não tem nenhum financiamento comunitário!

Portanto, não há aqui nenhuma confusão. Nunca teve!

Nunca esteve incluída!

Aquela obra já tem no parque de estacionamento... 3 milhões e 200 mil euros.

A obra do Parque de Estacionamento para ser licenciada vai precisar mais de 2 milhões de euros.

Não é difícil ver na internet o preço médio por metro quadrado de um parque de estacionamento.

Também não é difícil ver na internet, a altura mínima que deve ter um parque de estacionamento.

Assim como não é difícil ver na internet as condições de segurança que são precisas para um parque de estacionamento.

Eu achei que era adequado e propus na Câmara e fosse assim, e foi aprovado. É preferível entregar aquilo por concurso público, para acabamento porque feito por nós, no estado de arte que temos e no conjunto de problemas que há por resolver, o risco é de termos um parque de estacionamento não licenciado.

Gostaria de poder evitar isso!

É necessário lá investir mais, ... a estimativa que está feita, os orçamentos, ... mais de 2 milhões de euros, para 470 lugares, se não estou em erro, à volta de 500 lugares, 5 milhões de euros, convínhamos que é muita coisa!

Mas esteve parada até agora por uma razão muito simples!

Primeiro, porque precisa de uma deliberação da Assembleia Municipal, a autorizar a Câmara a fazer a concessão, nestes termos, por outro lado, há ainda em curso uma intervenção na placa de cobertura porque ela mete água.

O drama, é que, ali a água vem de cima para baixo e vem de debaixo para cima. É estranho, mas é assim!

A obra está lá, quem quiser observar verificará que estão as lajetas todas levantadas, porque as telas de protecção, as telas de impermeabilização não sei o que é que lhes deu, mas metem água!

Aquilo tem que ser resolvido!

Nós estamos a procurar, sem queixume, resolver os problemas.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Talvez um dia se tiver vagar e paciência, possa contar a outra parte da história, mas por agora temos isto para resolver.

Mais 2 milhões a Câmara não tem!

E sobre o modelo de gestão, uma das contas difíceis que está a ser feita, tem a ver com as limitações que nos são impostas, quanto à contratação de recursos humanos adequados para gerir um equipamento daquela natureza, que em termos de área, dizem que a área de Serralves, mais o S. João, mais a Casa da Música e a Alfândega. É preciso ter a percepção de que é uma área enorme, de enorme importância, valiosíssima, mas que vai exigir recursos humanos que, neste momento, em termos de quadro de pessoal, a Câmara não vai conseguir encaixá-los. É uma questão que está a ser estudada, mas neste momento, confesso que não tenho resposta para isso. Imagino que o director artístico foi saber quanto é que é pago ao director artístico que está na “*Guimarães Capital da Cultura*”, qualquer um dos Senhores Deputados, verificará isso com facilidade.

Eu pressuponho, que é algumas vezes mais que, o salário do Presidente da Câmara.

Suponho!

Se bem leio na comunicação social!

E é uma questão que vai ser difícil de resolver, mas vamos resolvê-la. Está a ser estudada.

Sobre o parque de estacionamento se ele for explorado pelos serviços directos da Câmara, é o que nos acontece em vários, cuja rentabilidade não é conseguida a exploração, manutenção e a segurança.

Nós estamos a procurar minimizar os custos e partilhá-los!

Eu não sei por onde pode haver privados interessados!

Pode haver e portanto, far-se-á!

Nessa oportunidade esclareço que, foi feita no terreno confinante com o Estádio Universitário designado, por Praça das Cortes é propriedade municipal, depois de uma longa, longa exploração e prospecção documental para verificar se aquilo era da Universidade ou era da Câmara.

É municipal! Vai ser Praça das Cortes!

Vai ser intervencionado, havendo libertação de recursos humanos que estão a trabalhar agora, na zona da ponte, ali, na entrada do Choupal até ao Dia da Árvore.

E é isto, Senhor Presidente e Senhores Deputados que tenho a dizer.”

### ***Deliberação nº 3/2015 (12/03/2015)***

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal datada de 2 de Março de 2015, e nos termos da alínea p), artº 25º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, deliberou, por maioria, com 25 votos a favor e 23 abstenções, autorizar a Câmara Municipal a proceder à concessão de exploração os acabamentos e exploração do Parque de Estacionamento do Centro de Convenções e Espaço Cultural do Convento de S. Francisco/Coimbra.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

### **Ponto 4 - CoimbraMaisFuturo – CMF-Associação de Desenvolvimento Local de Coimbra – proposta de adesão da CMC, nos termos da alínea n), artº 25º do Anexo I da lei nº 75/2013:**

#### ***Deliberação nº 4/2015 (12/03/2015)***

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal datada de 16 de Fevereiro de 2015 e nos termos da alínea n), artº 25º do Anexo I da lei nº 75/2013, deliberou, por unanimidade, aprovar a adesão do Município de Coimbra à CoimbraMaisFuturo-CMF-Associação de Desenvolvimento Local de Coimbra.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

### **Ponto 5 - Concurso Limitado por Prévia Qualificação 1/2014 da Prestação de Serviços de Auditoria Externa e Revisão Legal de Contas – nos termos do nº1, artº 77º da Lei nº73/2013:**

#### ***Deliberação nº 5/2015 (12/03/2015)***

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal datada de 16 de Fevereiro de 2015, e nos termos do nº1, artº 77º da Lei nº73/2013; deliberou, por maioria, com 47 votos a favor e 1 abstenção, aprovar o Concurso Limitado por Prévia Qualificação 1/2014 da Prestação de Serviços de Auditoria Externa e Revisão Legal de Contas.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

### **Ponto 6 - Contratação do empréstimo de médio e longo prazo no âmbito do “Reabilitar para Arrendar” (IHRU – aprovação de nova minuta de contrato - cláusula 4ª do Contrato de Financiamento):**

#### ***Deliberação nº 6/2015 (12/03/2015)***

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal datada de 12 de Março de 2015, e nos termos do nº1, artº 77º da Lei nº73/2013; deliberou, por maioria, com 49 votos a favor e 1 abstenção, aprovar a nova minuta do contrato de financiamento sob a forma de abertura de crédito a celebrar entre o Município de Coimbra e o Instituto da Reabilitação Urbana, I.P. com vista ao financiamento da reabilitação urbana e incentivo ao arrendamento para fins habitacionais pelo Programa “Reabilitar para Arrendar”

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

A minuta deste contrato faz parte integrante da presente ata.

### **Ponto 7 - Cedência de Utilização Privativa, construção e exploração em direito de superfície de um posto de abastecimento de combustível e estação de serviço sobre um imóvel, sito à Guarda Inglesa, pertencente ao domínio privado do Município de Coimbra - pedido de autorização nos termos da alínea i), artº 25º do Anexo I da Lei nº75/2013:**

#### ***Deliberação nº 7/2015 (12/03/2015)***

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal datada de 2 de Março de 2015, e nos termos da alínea i), artº 25º do Anexo I da Lei nº75/2013, deliberou, por unanimidade, aprovar a Cedência de Utilização Privativa, construção e exploração em direito de superfície de um posto de abastecimento de combustível e estação de serviço sobre um imóvel, sito à Guarda Inglesa, pertencente ao domínio privado do Município de Coimbra.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

### **Ponto 8 - Cedência de Utilização Privativa, construção e exploração em direito de superfície de um posto de abastecimento de combustíveis, estação de serviço e de um estabelecimento de restauração e bebidas, sobre um imóvel e a uma parcela de terrenos confinantes entre si, propriedade do Município, sito na Ponte de Eiras – pedido de autorização nos termos da alínea i), artº 25º do Anexo I da Lei nº75/2013:**

#### ***Deliberação nº 8/2015 (12/03/2015)***

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal datada de 2 de Março de 2015, e nos termos da alínea i), artº 25º do Anexo I da Lei nº75/2013, deliberou, por





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

unanimidade, aprovar a Cedência de Utilização Privativa, construção e exploração em direito de superfície de um posto de abastecimento de combustíveis, estação de serviço e de um estabelecimento de restauração e bebidas, sobre um imóvel e a uma parcela de terrenos confinantes entre si, propriedade do Município, sito na Ponte de Eiras.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

### **Ponto 9 - Projecto de Regulamento Municipal do Prémio Edmundo de Bettencourt – nos termos da alínea g), artº 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013:**

#### ***Deliberação nº 9/2015 (12/03/2015)***

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal datada de 16 de Fevereiro de 2015, e nos termos da alínea g), artº 25º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, deliberou, por unanimidade, aprovar o Projecto de Regulamento Municipal do Prémio Edmundo de Bettencourt.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Este regulamento dada a sua extensão fica apenso à presente ata, fazendo parte integrante da mesma.

### **Ponto 10 - Projecto de Regulamento Municipal das Distinções Honoríficas – nos termos da alínea g), artº 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013:**

#### ***Deliberação nº 10/2015 (12/03/2015)***

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal datada de 2 de Março de 2015, e nos termos da alínea g), artº 25º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, deliberou, por unanimidade, aprovar o Projecto de Regulamento Municipal das Distinções Honoríficas.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Este regulamento dada a sua extensão fica apenso à presente ata, fazendo parte integrante da mesma.

### **Ponto 11 - Propostas de Regulamentos Municipais de equipamentos desportivos: Estádio Municipal de Taveiro Sérgio Conceição; Campo Municipal da Arregaça; Pavilhão Municipal Multidesportos Dr. Mário Mexia e Piscinas Municipais, nos termos da alínea g), artº 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013:**

#### ***Deliberação nº 11/2015 (12/03/2015)***

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal datada de 2 de Março de 2015, e nos termos da alínea g), artº 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, deliberou, por maioria, com 46 votos a favor e 4 abstenção, aprovar as propostas dos Regulamentos Municipais de equipamentos desportivos: Estádio Municipal de Taveiro Sérgio Conceição; Campo Municipal da Arregaça; Pavilhão Municipal Multidesportos Dr. Mário Mexia e Piscinas Municipais.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Estes regulamentos dada a sua extensão ficam apensos à presente ata, fazendo parte integrante da mesma.

### **Ponto 12 – XXII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses – eleição do Presidente de Junta de Freguesia (efectivo e suplente) em representação das juntas:**

Relativamente a este assunto foram apresentadas à Mesa duas listas:

#### ***Uma apresentada pelo PS:***



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

**Lista A** – Como membro efetivo o Presidente da União de Freguesias de Antuzede e Vil de Matos - Diamantino Jorge, e como suplente o Presidente da União de Freguesias de Souselas e Botão - Rui Soares.

**Outra apresentada pela CDU:**

**Lista B** – Como membro efetivo o Presidente da Junta de Freguesia de Cernache – Vitor Carvalho e como suplente o Presidente União das Freguesias de Taveiro, Ameal e Arzila - Jorge Mendes.

Seguidamente procedeu-se à eleição, tendo-se obtido o seguinte resultado:

-Número de votantes = 49

-**Lista A** = 21 votos

-**Lista B** = 22 votos

-Nulos = 1

-Branco = 5

Apurado o resultado da eleição, a qual, ganhou a lista B - o Presidente da Junta de Freguesia de Cernache – Vitor Carvalho e como suplente o Presidente União das Freguesias de Taveiro, Ameal e Arzila - Jorge Mendes em representação das juntas de freguesia do Município de Coimbra no XXII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses”

E sendo vinte horas e quinze minutos, o Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação.